

CLÁUDIA MEDEIROS SUASSUNA

**CULTURA LOCAL E METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS EM  
ASSENTAMENTOS RURAIS: O CASO DE BRINCO DE OURO**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de “Magister Scientiae”.

VIÇOSA  
MINAS GERAIS - BRASIL  
2004

CLÁUDIA MEDEIROS SUASSUNA

**CULTURA LOCAL E METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS EM  
ASSENTAMENTOS RURAIS: O CASO DE BRINCO DE OURO**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de “Magister Scientiae”.

APROVADA: 22 de novembro de 2004.

---

Ana Louise de Carvalho Fiúza

---

Maria Izabel Vieira Botelho

---

Edgard Alencar  
(Conselheiro)

---

France Maria Gontijo Coelho  
(Conselheira)

---

José Roberto Pereira  
(Orientador)

## **AGRADECIMENTO**

Não é fácil ao final de um trabalho agradecer tantas pessoas que contribuíram para que ele fosse real. Foram tantas as pessoas que, de uma forma ou de outra, contribuíram com este trabalho, que gostaria de agradecer a todas.

A Deus, pela força e pela presença constante.

À minha família, pelo apoio constante, pelas preocupações compartilhadas mesmo à distância.

Ao meu filho Artur, que compartilhou, desde que foi gerado, todos os momentos de elaboração deste trabalho e me ensinou que ser mãe é superar todos os desafios. A essa pessoinha, agradeço cada momento de descoberta e de superação dos medos.

Ao meu companheiro Rosivaldo Sobrinho, por me proporcionar esse momento de crescimento pessoal e profissional, pois sem o mesmo nem sei se teria ido para Viçosa. A essa pessoa, que amo, agradeço cada momento compartilhado na realização deste trabalho: a preocupação, a cobrança, o estímulo e a ajuda constante.

Aos amigos e amigas que fiz em Viçosa, por me mostrarem que amizade é mais do que se conhecer, é compartilhar a vida.

Aos amigos e amigas do Rio Grande do Norte, pelas experiências compartilhadas e pelos bons momentos vividos.

Aos companheiros e companheiras do curso de mestrado, pelas ricas discussões e amadurecimento.

Aos docentes do Departamento de Economia Rural, principalmente aos que tive a oportunidade de conhecer melhor, pela trocas de conhecimentos.

À Universidade Federal de Viçosa, pela oportunidade de realização do Mestrado em Extensão Rural, bem como à FAPEMIG, pela concessão da bolsa de estudos.

Aos agricultores do Assentamento Brinco de Ouro, pelo carinho e pela disponibilidade em contribuir com meu amadurecimento acadêmico e profissional.

Ao professor José Roberto Pereira, pela orientação valiosa e por ter me proporcionado conhecer a realidade dos assentamentos de Minas Gerais, contribuindo, assim, para o meu crescimento profissional.

Aos membros da banca, professores Edgard Alencar, France Maria Gontijo Coelho, Maria Izabel Vieira Botelho e Ana Louise de Carvalho Fiúza, pelas contribuições e pelas sinceras críticas para construção deste trabalho.

Aos funcionários do DER, pelo carinho e pela disponibilidade em contribuir sempre que podem.

## **BIOGRAFIA**

CLÁUDIA MEDEIROS SUASSUNA, filha de Alexandrino Suassuna Sobrinho e Martha Medeiros da Costa Suassuna, nasceu em Umarizal-RN, em 08 de janeiro de 1973.

Durante o ensino de 1.º grau, foi aluna da Escola Estadual Zenon de Sousa, no município de Umarizal-RN. De 1988 a 1990, cursou o ensino médio em Natal-RN, no Colégio e Curso Dinâmico. Em 1981, ingressou no curso de Agronomia na Escola Superior de Agricultura de Mossoró, em Mossoró-RN.

Durante o período de graduação, participou ativamente do movimento estudantil, onde avançou os muros da universidade rumo à liberdade de uma formação que fundamentasse uma visão mais crítica de sua futura atuação profissional.

Começou a sua experiência profissional em 1997, construindo sua atuação na busca da “educação como prática da liberdade”, com um novo olhar para a formação do agrônomo. Este período serviu para construir sua proposta de mestrado e, no ano de 2002, ingressou no Mestrado em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa.

## ÍNDICE

	Página
LISTA DE QUADROS .....	vii
RESUMO .....	viii
ABSTRACT .....	x
1. INTRODUÇÃO .....	1
2. METODOLOGIA .....	5
3. CULTURA E DEMOCRACIA .....	9
3.1. Cultura brasileira .....	9
3.2. Democracia .....	15
4. METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS .....	19
4.1. Métodos, técnicas e metodologias: conceitos e diferenças .....	20
4.2. Origem, caracterização e usos das metodologias participativas	22
4.2.1. Diagnóstico rural participativo .....	29
5. CULTURA E PEDAGOGIA DAS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS .....	34
5.1. Intervenção social e desenvolvimento .....	34

	Página
5.2. Intervenção participativa de grupos mediadores .....	38
6. ASSENTAMENTO NO RIO GRANDE DO NORTE – BREVE HISTÓRICO .....	45
6.1. Assentamento Brinco de Ouro: intervenções sociais e práticas metodológicas .....	50
6.1.1. Contextualização histórica .....	52
6.1.2. Processo organizativo .....	54
6.1.3. Organização do sistema produtivo e intervenção técnica ...	57
7. AS PRÁTICAS DAS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS E A INTERVENÇÃO DOS GRUPOS MEDIADORES .....	60
7.1. O PAC e o DRPE no Assentamento Brinco de Ouro .....	61
7.2. Conflitos e convergências entre a cultura local e as intervenções participativas .....	69
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	74
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	77
APÊNDICES .....	83
APÊNDICE A .....	84
APÊNDICE B .....	86

## LISTA DE QUADROS

		Página
1	Histórico da difusão das metodologias participativas .....	25
2	Distribuição dos PA's por microrregião, número de famílias beneficiadas para fins de reforma agrária no Rio Grande do Norte até abril 2004 .....	48
3	Distribuição dos PA's, número de famílias beneficiadas e data de criação do município de João Câmara .....	49
4	Estrutura e composição da organização das famílias por sexo	57



## RESUMO

SUASSUNA, Cláudia Medeiros, M.S., Universidade Federal de Viçosa, novembro de 2004. **Cultura local e metodologias participativas em assentamentos rurais: o caso de Brinco de Ouro**. Orientador: José Roberto Pereira. Conselheiros: Edgard Alencar e France Maria Gontijo Coelho.

A presente pesquisa desenvolve a partir da análise no assentamento Brinco de Ouro no Estado do Rio Grande do Norte, quais as contradições entre os valores culturais das famílias assentadas e a utilização de práticas metodológicas denominadas “participativas”. Em 1997, o Assentamento Brinco de Ouro participou, através de mediação externa, da construção do DRPE (Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador) desencadeando um processo de diagnóstico e planejamento, objetivando a elaboração do Plano de Consolidação do Assentamento que fazia parte do Programa de Consolidação e Emancipação (auto-suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária. A pesquisa teve como objetivo identificar e analisar as razões da adoção ou não de recursos organizacionais por parte das famílias assentadas, resultantes das práticas metodológicas participativas e caracterizar a relação cultural entre mediadores e famílias assentadas. Considera-se que a partir das concepções conceituais estudadas pôde-se inferir que para existir possibilidades democráticas é necessário estimular a democracia participativa

por meio de procedimentos pelos quais ela se viabilize. Por isso, as práticas de diagnóstico e planejamento participativo podem trazer aspectos importantes na mudança de consciência para construção da cidadania, na obtenção de direitos de grupos, no reconhecimento da diversidade de conhecimentos, na distribuição eqüitativa de oportunidades para ampliar e facilitar a capacidade do cidadão em decidir e incidir nas decisões, ou seja, essas são conquistas que facilitam a participação em processos decisórios o que propicia maior conhecimento e atuação de cidadãos excluídos na sua realidade. A discussão desenvolvida no nosso trabalho fundamenta-se na concepção de que a utilização de práticas metodológicas participativas não é, por si só, determinante do sucesso de construção de uma cultura democrática, mas tem sua importância ao propiciar um método que estimula a participação das pessoas na sua realidade de forma consciente. A adoção de uma cultura democrática nos assentamentos só será alcançada à medida que as famílias se utilizem de forma constante de práticas participativas na resolução de seus problemas.

## ABSTRACT

SUASSUNA, Cláudia Medeiros, M.S., Universidade Federal de Viçosa, November 2004. **Local culture and participative methodologies in rural settlement – Brinco de Ouro affair.** Adviser: José Roberto Pereira. Committee Members: Edgard Alencar e France Maria Gontijo Coelho.

This research develops from the analyses of the settlement Brinco de Ouro in the state of Rio Grande do Norte, which contradictions between cultural values of families in this land and the use of methodologic practices called “participative”. In 1997, the settlement Brinco de Ouro, participated through outer mediation of the construction of DRPE (Fast Participative Independent Diagnosys) causing a diagnosis process and planning, having as the goal the drawing of the Consolidation Plan of the Settlement that was part of the Emancipation and Consolidation Program (Self-contained) of the resulting settlement of land reform. The research has as goal identifying and analysing the reasons of the use or not of the organizational resources by settled families, resulting from participative methodological practices and shows the cultural relation between mediators and settled families. It is considered that from studied concepted conceptions it can state that to bring to happen democratic possibilities it is necessary to stimulate participative democracy by means of procedure in which it can be possible. Therefore the diagnosys and

participative planning can cause important aspects in the change of the consciousness to build citizenship, in obtaining group rights, in recognition of diversity of knowledge, in equal distribution of opportunities to spread and to facilitate the citizen to decide and make difference in decisions, in other words, these are the conquests that make easier the participation in process of decision that enables greater knowledge and performance of excluded citizens in their reality. The discussion developed in our work is based on the conception that the use of methodological participative practices isn't, by itself, what determinates the success of the construction of a democratic culture, but has its importance in providing a method that stimulates the participation of people in their reality in a conscious way. The use of a democratic culture in the settlements will only be reached as long as the families use permanently the participative practices in the solution of their problems.

## 1. INTRODUÇÃO

Uma dissertação é construída, sem dúvida, por um processo dialético de estruturação e desestruturação, de certezas e incertezas, no qual, a todo o momento, tem-se o desejo de acabar logo. Porque será que alguns momentos, na produção da dissertação são prazerosos e outros tão desgastantes? Acredito, que seja pela rede de relações composta, onde não há só você e ela (a dissertação), mas sim um diálogo multipessoal que se dá na tentativa de diálogo com diversos autores para atender a versões teóricas distintas, satisfazer nossas expectativas e as da equipe de orientação. Nesse balé de interpretações com as pessoas que estão nos ajudando a construir os desafios e as demandas de novas competências são enormes. Assim, dar conta desse primeiro ensaio científico representou, para mim, um imenso desafio e um grande esforço.

A partir dos desafios colocados durante esta construção, compartilho com FREIRE (1977a), a idéia de que,

“toda bibliografia deve refletir uma intenção fundamental de quem elabora: a de atender ou a de despertar o desejo de aprofundar conhecimentos naqueles ou naquelas a quem é proposta. Se falta, nos que a recebem, o ânimo de usá-la, ou se a bibliografia, em si mesma, não é capaz de desafiá-la, se frustra, então, a intenção fundamental referida” (p. 9).

A pretensão deste trabalho é despertar o interesse de muitos agentes de desenvolvimento que trabalham no campo com agricultores familiares ou com populações excluídas. Esta proposta vem com o propósito de refletir as

metodologias participativas utilizadas em trabalhos desse tipo e de conhecer mais um pouco sobre as diversidades em áreas de Reforma Agrária.

Falo em desafio, pois, venho de uma formação acadêmica nas ciências agrárias cujas habilidades são mais voltadas para análises laboratoriais e quantitativas marcadas pelo reducionismo dos processos sociais, físicos e biológicos em curso na sociedade e ambiente. Um exemplo nesse sentido é a interpretação que reduz produção agrícola a níveis ótimos de NPK<sup>1</sup>. Na maioria das vezes não se vêem o todo e sim, as partes. Essa formação está bem caracterizada com a cultura escolar agrônômica que é hegemônica em nosso país. Contudo, foi dentro dessa perspectiva que percebi que queria mais, que minhas questões não seriam respondidas nos trabalhos realizados em laboratórios ou em casas de vegetação<sup>2</sup>. A vivência política e a militância no Movimento Estudantil despertaram o desejo de conhecer as pessoas a quem eu ia 'atender', queria compreender não só o processo de produção da planta, mas a maneira como as pessoas interagiam nesses processos.

Foi com essas inquietações que busquei durante a graduação, na própria universidade, avançar os muros rumo à liberdade de uma formação que fundamentasse uma visão mais crítica de minha futura atuação profissional. Ao construir um novo olhar para minha formação, ao buscar uma "educação como prática da liberdade", surgiram alguns desafios. Novas habilidades me foram requeridas, novos fazeres tiveram de ser apreendidos. Inicialmente, isso me foi garantido no envolvimento com o Movimento Estudantil, com os congressos estudantis e nos encontros com os Movimentos Sociais.

Enquanto profissional, buscava a cada momento colocar em prática a ação do diálogo, mesmo por que não havia outra forma. Entretanto, faltava compreender porque certas coisas aconteciam certos eventos surgiam mesmo que eu assumisse certas posturas diferenciadas dentro do que estava estabelecido no universo de meu trabalho.

Diante dessas experiências senti necessidade de buscar respostas a algumas perguntas e percebi que algumas poderiam estar na construção de

---

<sup>1</sup> NPK – Nitrogênio, Fósforo e Potássio. A agricultura dita moderna, apesar de reconhecer o universo de nutrientes que uma planta tem, sintetiza toda complexidade biológica da planta a respostas a diferentes dosagens de NPK, reduzindo a complexidade do solo a sua composição química, muitas vezes não levando em consideração os processos físicos e biológicos.

<sup>2</sup> Casa de vegetação local onde se faz experimentos de plantios com as condições controladas de temperatura, umidade.

um diálogo com os teóricos das ciências humanas ou com pessoas que têm um olhar mais aprofundado da prática social transformadora.

Deste modo, busquei no mestrado em Extensão Rural espaço para uma reflexão sobre minhas inquietações e ansiedades que o meu trabalho profissional estava gerando. Assim, posso dizer que o mestrado me proporcionou um exercício teórico e uma visão mais aprofundada da experiência vivenciada. Com colegas, essa reflexão já não mais foi feita solitariamente.

As produções científicas sobre assentamentos são muitas e enfocam vários aspectos, como: luta pela terra, questão organizativa, questões sociais e econômicas. No entanto, no início da década de 90 uma nova agenda foi incluída no processo de Reforma Agrária no país. Ficou, cada vez mais claro, que não bastava a conquista da terra pelos trabalhadores rurais. Era evidente a necessidade de elaboração de projetos amplos e consistentes que abrangessem a complexidade de temas que se colocam na constituição do assentamento, ou seja, essa nova agenda não abordava apenas aspectos econômicos ou sociais, mas englobava várias possibilidades infra-estruturais, culturais e produtivas que se apresentavam durante a busca da promoção de um desenvolvimento sustentável do assentamento.

Dessa forma, um estudo onde se busque conhecer a relação cultural existente em áreas de assentamentos se faz importante dentro do objetivo de desenvolvimento sustentável, já que o mesmo não ocorre sendo desconsiderado a cultura local existente no assentamento e suas características a hierarquia e a dependência. Essas características contemplam valores que podem ser modificados para a construção de uma cultura democrática, onde todas as pessoas têm os mesmos direitos, onde haja liberdade e autonomia, principalmente as condições de diálogo. Muitas vezes as intervenções dos grupos mediadores buscavam quebrar as relações de dependência e hierarquia, mas às vezes reforçam, pois a cultura dos grupos mediadores que muitas vezes colidem com a cultura local existente.

Com o propósito de melhor entender essas intervenções escolhi uma área de assentamento rural para fazer minha pesquisa, com vistas numa abordagem diferenciadora das intervenções, pois havia trabalhado na área.

Dessa forma, essa pesquisa teve por base a seguinte questão: **Quais as contradições entre os valores culturais das famílias assentadas e a utilização de práticas metodológicas denominadas “participativas”?**

A partir desse questionamento, o objetivo geral do trabalho foi analisar possíveis contradições entre valores culturais que orientam os grupos mediadores que utilizam metodologias participativas e valores da cultura local das famílias assentadas. Para tanto foram definidos como objetivos específicos:

- Identificar e analisar as razões da adoção ou não de recursos organizacionais por parte das famílias assentadas, resultantes das práticas metodológicas participativas;
- Caracterizar a relação cultural entre mediadores e famílias assentadas.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: No capítulo 2, apresenta-se a metodologia desenvolvida no nosso trabalho. No capítulo 3, uma discussão teórica sobre cultura e democracia, evidenciando como diferentes tipos de culturas, ou a “cultura do silêncio”, dificulta a implantação de processos democráticos. No capítulo 4, faz-se a discussão das metodologias participativas, suas origens, caracterização, tipos e usos. No capítulo 5, são abordados os processos de intervenção, a caracterização do desenvolvimento implantado no país e a relação dos processos participativos nesse desenvolvimento, como também são exemplificadas intervenções participativas de grupos mediadores. No capítulo 6, faz-se um breve histórico da política de assentamentos no Brasil e no estado do Rio Grande do Norte. Apresentando o assentamento Brinco de Ouro, sua contextualização histórica, organizativa e produtiva, região onde foi desenvolvido o estudo, as visões das famílias e dos mediadores. No capítulo 7, são descritos os conflitos e as convergências entre cultura local e intervenções participativas e nas considerações finais apresenta-se uma síntese crítica das perspectivas das intervenções sociais por meio de metodologias participativas em contextos de assentamentos rurais.



## 2. METODOLOGIA

Objetivando responder nosso questionamento, utilizou-se neste trabalho uma metodologia de natureza qualitativa. Por pesquisa qualitativa compreende-se um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Compreender e interpretar fenômenos, a partir de seus significantes e de seu contexto são tarefas sempre presentes na produção de conhecimento. De acordo com HAGUETTE (1992), os métodos qualitativos enfatizam as especificidades de um fenômeno em termos de suas origens e de sua razão de ser.

Na pesquisa qualitativa é freqüente que o pesquisador procure entender os fenômenos segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada e, a partir daí situe sua interpretação dos fenômenos estudados. Esta oferece plena oportunidade de se obter dos participantes, o que eles, de maneira singular, têm a oferecer em termos de interesses, experiências, valores e idéias.

Nesse sentido, as metodologias participativas, que são caminhos na busca de alternativas de intervenção, principalmente no desenvolvimento rural, têm na sua proposta a semelhança da abordagem participativa de pesquisa. Segundo THIOLENT (1992:87) “a concepção participativa de desenvolvimento rural sugere que a concepção de pesquisa que lhe é associada seja também participativa”.

Dentre os diversos métodos da pesquisa qualitativa adotou-se o Estudo de Caso, que é um estudo em profundidade por ser como o mais apropriado para fazer a análise da pesquisa. Segundo ROTHMAN (1994),

“essa estratégia possui a vantagem de permitir o uso de uma variedade de métodos de coleta de dados, incluindo a observação direta ou observação participante e entrevistas semi-estruturadas, e de uma variedade de fontes de evidência: documentos, artefatos, entrevistas e observações” (p. 249).

Desse modo, nossa pesquisa foi realizada no Assentamento Rural Brinco de Ouro, localizado no município de João Câmara no estado do Rio Grande do Norte mesorregião do agreste potiguar e microrregião de Baixa Verde. Essa mesorregião é uma das que concentra o maior número de assentamentos no Estado.

A escolha do Assentamento Brinco de Ouro deve-se ao fato do assentamento ter vivenciado processos de intervenções com práticas metodológicas participativas e, além disso, a pesquisadora já ter trabalhado nesta área, o que facilitou o processo de aproximação e pesquisa.

Inicialmente, para levantamento de dados, utilizaram-se fontes secundárias trabalhadas por meio de análise documental. Num segundo momento, os dados primários foram obtidos por meio de entrevistas semi-estruturadas com as famílias e os grupos mediadores. No assentamento foram realizadas 15 entrevistas, sendo oito homens e sete mulheres escolhidos entre pessoas da diretoria da associação, pessoas sócias, pessoas que não são sócias, lideranças homens e mulheres. Os mediadores entrevistados foram em número de quatro e seus depoimentos foram colhidos fora do assentamento. Além das entrevistas, foi realizada a observação não participante<sup>3</sup> de reuniões no Assentamento Brinco de Ouro.

Com o uso dessas estratégias e técnicas de levantamento de dados, pretendeu-se construir um processo (método) de pesquisa que viabilizasse a obtenção de diferentes pontos de vista, interpretações, significados a respeito da relação entre metodologias participativas e cultura local no assentamento Brinco de Ouro.

---

<sup>3</sup> De acordo com ALENCAR e GOMES (1998), observação é um termo abrangente, podendo significar tanto o próprio resultado da pesquisa, quanto o processo empregado para obtê-lo. Dessa forma, observação não participante, é a que o pesquisador permanece onde os indivíduos que estão sendo observados se encontram, no entanto, o pesquisador não se faz passar por um deles (p. 103) .

Após a coleta das informações, procedeu-se à sistematização dos dados e fez-se a análise das informações e, como última etapa do trabalho, procedeu-se à redação da dissertação. Dessa forma, para melhor caracterização do processo analisado por este estudo foram definidos como *categorias analíticas*<sup>4</sup> alguns aspectos considerados relevantes para sistematizar empiricamente os dados e interpretá-los teoricamente. Em nenhum momento, esse esquema analítico foi visto como uma “camisa de força”, e sim como uma orientação. As categorias foram as seguintes:

- a) **Dependência:** Sob essa categoria foram analisadas às relações do tipo clientelista, troca de favores, dentre outras. De acordo com FREIRE (1979) a relação de dependência acontece quando as decisões ocorrem de fora, as pessoas tornam-se objetos de outras, um “ser-para-o-mundo”, na linguagem hegeliana. É a heteronomia. Assim, a dependência dá origem a diferentes formas de ser, de expressar-se.
- b) **Hierarquia:** Essa categoria permite-nos indagar sobre as questões relativas a poder, à centralização ou democratização do poder no assentamento, à subordinação das famílias às decisões cujas motivações podem ser tanto endógenas quanto exógenas. Segundo DUMONT (1992), hierarquia é uma relação de identidade e também de distinção e oposição que existe entre um todo e um elemento que o integra.
- c) **Autonomia:** Neste estudo, autonomia diz respeito às práticas que permitem a emancipação das famílias em termos econômicos, sociais e políticos e culturais.
- d) **Igualdade:** Sintetiza as condições favoráveis para o reconhecimento dos direitos das pessoas na organização coletiva do assentamento, tanto em termos formais quanto em termos de efetividade prática, por exemplo, se todos são iguais perante o estatuto e, ou, o regimento interno da associação que representa o assentamento e se eles conseguem exercer esse direito de igualdade.

---

<sup>4</sup> Categorias analíticas do entendimento sociológico são “conceitos eminentes”, ou seja, são aqueles conceitos “que desempenham no conhecimento um papel preponderante. (...) Nesse sentido, as categorias têm, com efeito, por função dominar e envolver todos os outros conceitos: são os quadros permanentes da vida mental” (Durkheim, 1996, citado por OLIVEIRA, 1997).

Essas categorias foram inspiradas na literatura sobre temas, como: democracia e hierarquia, poder e participação e metodologia participativa, dos quais podem-se citar DUMONT (1992) e FREIRE (1977a, 1977b e 1979).

### 3. CULTURA E DEMOCRACIA

Qualquer debate sobre cultura faz pouco sentido sem analisar o contexto de produção dessa mesma cultura. É, aliás, um dos maiores sintomas da decadência cultural pretender separar a cultura da sociedade, reduzindo-a a questões laterais que em nada esclarecem a própria cultura, a sociedade e as nossas vidas. Da mesma forma não se pode pensar em cultura sem considerar a democracia, pois o respeito aos diferentes tipos de cultura a sua valorização é o respeito a democracia. O conceito de cultura passou a abranger não só os elementos espirituais, vistos anteriormente, mas como também os modos de vida, as características materiais da vida e da organização de diferentes povos.

Portanto, já não podemos conceber a divisão entre o homem e a cultura. Pois como nos afirma AZEVEDO (1971:32), “o homem não é concebível sem a cultura, ou não é o homem”.

O termo cultura possui muitos significados, foi interpretado de várias formas e tem posições diferenciadas na realidade social de acordo com os diferentes autores. Assim, apresentam-se alguns conceitos de cultura, para subsidiar o nosso trabalho.

#### 3.1. Cultura brasileira

Cultura, segundo a etimologia da palavra, deriva do verbo latino *colo*, cujo particípio passado é *cultus* e o particípio futuro é *culturus*. Na linguagem

romana significa, eu moro, eu ocupo a terra, eu cultivo (BOSI, 1992). No senso comum, o termo é muitas vezes associado à educação-estudo, escolarização, ou mundo das artes, folclore, crenças e tradições.

Tem-se, como exemplo da diversidade conceitual do termo, a idéia de cultura popular, cultura de massa, cultura erudita, cultura rústica. Dentre os diferentes termos, existe também a cultura democrática, que no nosso estudo tem um significado essencial como princípio das metodologias participativas. E se contrapõem às culturas predominantes no nosso país, a cultura da dependência, a cultura da hierarquia, a “cultura do silêncio”. Mais adiante entrar-se-á em detalhes.

Para GEERTZ (1978), cultura são teias de significados e sua análise, ou seja, é o conjunto de atos simbólicos e suas manifestações explícitas e implícitas nos acontecimentos sociais. Dessa forma, o autor tenta manter as análises das formas simbólicas, estreitamente ligadas, quanto possível, aos acontecimentos sociais. Assim, não há uma desconexão de que as ações das pessoas são isoladas da sua cultura.

Na linha de Geertz, BOSI (1992:15) apresenta cultura como “um conjunto de práticas, das técnicas, dos símbolos e dos valores que se transmitem às novas gerações para garantir a reprodução de um estado de coexistência social”. Para ele, não se pode falar de uniformidade de cultura, por exemplo, considerando nosso próprio país, sendo melhor denominar as múltiplas tendências da vida material e simbólica de “culturas brasileiras”. Uma cultura nacional, então, funciona como uma fonte de significados culturais, um foco de identificação e um sistema de representações. Nesse sentido, Bosi ainda distingue dois tipos de cultura ao afirmar que

“se pelo termo cultura entendermos uma herança de valores e objetos compartilhados por um grupo humano relativamente coeso, poderíamos falar em uma cultura erudita brasileira, centralizada no sistema educacional e numa cultura popular, basicamente iletrada, que corresponde aos mores materiais e simbólicos do homem rústico, sertanejo ou interiorano, e do homem pobre suburbano ainda não de todo assimilado pelas estruturas simbólicas da cidade moderna” (BOSI, 1992:309).

Uma cultura nacional, então, funciona como uma fonte de significados culturais, um foco de identificação e um sistema de representações. No caso da cultura popular, não há uma separação da esfera puramente material da existência e uma esfera espiritual e simbólica. Cultura popular implica modos

de vida: o alimento, o vestuário, relação homem-mulher, as crenças, as danças (BOSI, 1992). Popular, porque essa cultura é “acima de tudo grupal, supra-individual, garantia de sua perpetuação, que resiste a perda dos elementos individuais” (BOSI, 1992:326).

Para ele, se um dia existir uma teoria da cultura brasileira, terá como matéria-prima o cotidiano físico, simbólico e imaginário das pessoas que vivem no Brasil. Assim, aculturar um povo para o autor é sujeitá-lo ou, no melhor dos casos, adaptá-lo tecnologicamente a um padrão tido como superior.

A partir de meados dos anos 70, é reforçada uma cultura de resistência que se tornou forma de confronto diante da força do regime autoritário militar. Essa cultura se baseava na busca de significados e valores no seu trabalho, passando a relacionar o sentido da expressão e da comunicação, criando um repensar das ações. Promovendo uma compreensão das pessoas “no mundo e com o mundo, como seres de transformação e não de adaptação” (FREIRE, 1987:116).

Traçando um perfil dessa combinação de culturas, Cândido acrescenta a “cultura rústica” (CÂNDIDO, 1987:21), expressão utilizada para indicar o universo tradicional do homem do campo, sendo também, para ele, condicionador do processo de suas origens. Para o autor, “a cultura pode significar, pelo simples fato de existir, uma solução coerente de sociabilidade e equipamento material em relação ao meio” (CÂNDIDO, 1987:26). Cândido diz que os meios de subsistência de um grupo não podem ser compreendidos separadamente das “relações culturais”. É por isso que as ações dos camponeses, não estão desvinculadas de sua cultura.

Seguindo uma linha mais aprofundada de cultura, FREIRE (1979:38), caracteriza cultura como “todo o resultado da atividade humana, do esforço criador e recriador do homem, de seu trabalho por transformar e estabelecer relações de diálogo com outros homens”. Dessa forma, ele caracteriza cultura como o saber, pois considera como aquisição sistemática da experiência humana, mas uma aquisição crítica e criadora. Segundo o autor, o homem cria sua cultura no ato de estabelecer relações, no ato de responder aos desafios.

Nessa perspectiva, pode-se dizer que tanto o saber científico quanto o saber empírico dos camponeses, encontram-se condicionado histórica e culturalmente, pois são manifestações culturais. Nesse sentido, não se deve

subestimar a capacidade criadora e recriadora dos camponeses, não se devem desprezar seus conhecimentos. Como diz Freire, tentar “enchê-los” com que aos técnicos lhe parecem certo é expressão da ideologia dominante. Isso porque, as pessoas ao transformarem a realidade natural com seu trabalho, estão criando o seu mundo, “mundo da cultura e da história que, criado por eles, sobre eles se volta, condicionando-os. Isto é o que explica a cultura como produto, capaz ao mesmo tempo de condicionar seu criador” (FREIRE, 1977a:32).

É interessante observar, como nos mostra Freire, que as opiniões das pessoas, principalmente dos camponeses, sua maneira de pensar, de agir, de visualizar o mundo é definida por pautas culturais, que obviamente se encontra marcada pela ideologia dos grupos dominantes, da sociedade global que fazem parte.

“Sua maneira de pensar, condicionada por seu atuar, ao mesmo tempo em que condiciona, de há muito e não de hoje, se vem constituído, cristalizado. E se muitas destas formas de pensar e de atuar persistem hoje, mesmo em áreas que os camponeses se experimentam em conflitos na defesa de seus direitos, com mais razão permanecem naquelas em que não tiveram uma tal experiência (...) Esta é a razão que explica a manutenção de grande parte das manifestações culturais do latifúndio na estrutura transitória do “assentamento” (FREIRE, 1977a:33).

Esse contexto de latifúndio possibilita a “cultura do silêncio” que FREIRE (1977a) define como sendo uma realidade histórico-cultural de níveis de consciência. Esta espécie de cultura é uma expressão superestrutural que condiciona uma forma especial de consciência.

Nesse sentido, a “cultura do silêncio” é típica da estrutura fechada do latifúndio, penetra com seus sinais, na nova estrutura do assentamento. Mesmo com uma infra-estrutura modificada, não significa uma ruptura com o padrão, muito pelo contrário, pode permanecer, já que muitas vezes na estrutura do assentamento, as pessoas querem incorporar atitudes de padrão, ou seja, atitudes ao qual eram vivenciadas por eles, na estrutura do latifúndio. Dessa forma, só haverá uma quebra, ou um processo inibidor dessa cultura, quando as pessoas criarem um estilo de vida “radicalmente oposto ao anterior” (FREIRE, 1977a:33).

Historicamente, a cultura nordestina esteve condicionada a modos hierarquizados de relações sociais, nas quais se sobressaem a dependência, a subordinação, a opressão, e que no seu conjunto, caracterizam a “cultura do



silêncio”. Esta representa a reprodução de um modo de ser da população oprimida, secularmente reprimida em sua liberdade de expressão. Constituiu-se em uma camada da população que permaneceu muda ou semi-muda.

É importante reconhecer “as culturas” que determinam a “cultura do silêncio”, pois esta não se gera sozinha, ela nasce da relação entre dominados e o dominador, gerando, portanto uma relação de dependência. Contudo é necessário melhor dualizar essa relação. De acordo com FREIRE (1979:62), “*Ser silencioso* não é não ter uma palavra autêntica, mas seguir as prescrições daqueles que falam e impõem sua voz”. Da mesma forma MANNHEIM (1986), nos mostra que as interpretações das pessoas não são desvinculadas de sua cultura, de sua prática cotidiana. Segundo o autor,

“(…) as idéias expressadas pelo indivíduo são encaradas como funções de sua existência. Isto significa que opiniões, declarações, proposições e sistema de idéias não são tomadas por seu valor aparente, mas interpretados à luz da situação de vida de quem expressa. Significa ainda mais que o caráter (de vida) e a situação de vida específicos do sujeito influenciam suas origens, percepções e interpretações” (MANNHEIM, 1986:82).

Contrastando, a essa forma de cultura, o próprio FREIRE (1979) nos propõe a ação cultural, como uma das formas de romper a “cultura do silêncio”. Para ele,

“o papel fundamental dos que estão comprometidos numa ação cultural para a conscientização não é propriamente falar sobre como construir a idéia libertadora, mas convidar os homens [*as mulheres*] a captar com seu espírito a verdade de sua própria realidade” (FREIRE, 1979:91) [*adendo nosso*].

Desta forma, a ação cultural para a liberdade, só é possível através do diálogo, tendo como objetivo problematizar dá as pessoas a ver sua realidade. Segundo FREIRE (1987), o processo de conscientização se inicia quando partindo da reflexão da realidade cultural age-se sobre essa realidade, modificando-a. Assim, para a quebra dessa “cultura do silêncio” se faz necessário que haja a conquista e o direito à palavra, ou seja, deve haver uma relação dialógica entre mediadores e comunidade.

Nesse sentido, a problematização se faz necessária para a participação nos processos democráticos, que exigem das pessoas não só a sua participação enquanto presença física, mas enquanto pessoas atuantes, na sua realidade, nos seus desejos.

É na formação de uma cultura democrática, onde se valorize o conhecimento e a participação do outro como sujeito do processo de transformação, criando uma relação de construção do conhecimento através do diálogo que se pode romper uma cultura predominante no nosso país, marcada por traços antidemocráticos, caracterizada muito bem por Paulo Freire, como a “cultura do silêncio”.

Nesse sentido, BUARQUE (2002) distingue dois conceitos fundantes da cultura democrática e antidemocrática, quais sejam, descentralização e desconcentração. Para ele, descentralização representa uma efetiva mudança na escala de poder, representa autonomia e efetivo poder decisório das comunidades sobre suas prioridades e diretrizes de ação e sobre a gestão de programas e projetos. Por isso, ele conclui dizendo que,

“a descentralização tem um papel pedagógico na formação de uma cultura democrática, que reestrutura a própria hegemonia e a prática política local, transferindo para a comunidade a responsabilidade e a capacidade de decisão e escolha sobre seu futuro” (BUARQUE, 2002:56).

Na descentralização há uma mudança na escala de poder, há conquista de autonomia e poder decisório, incluindo a desconcentração de tarefas. Já a desconcentração “representa apenas a distribuição da responsabilidade executiva de atividades, programas e projetos sem transferência da autoridade e autonomia decisória” (BUARQUE, 2002:43). Deve-se, portanto haver mudanças significativas nos processos de gestão de programas e projetos, com mudanças importantes na estrutura organizacional dos assentamentos, para que assim se incorporem na prática, conceitos como descentralização, nos moldes que Buarque está tratando.

Mais uma vez pode-se fazer a conexão, da inexistência dessa prática a nossa cultura, de centralização de poder decisório, onde poucos decidem por muitos.

Em contexto de intervenção, a construção de princípios democráticos, muitas vezes, torna-se um desafio, pois as práticas participativas propostas por mediadores externos chocam-se com a cultura política vivenciada pela maioria das famílias. A submissão é um hábito de acatar decisões dificultando essa construção. Muitas vezes os discursos democráticos são apregoados nos mais diversos espaços, não combinando com as, mas as práticas da realidade e a

acabam gerando apenas a manutenção de uma ordem, de um poder centralizador.

Portanto, concordando com o mestre Paulo Freire,

“nosso papel não é falar ao povo sobre a nossa visão de mundo, ou tentar impô-la a ele, mas dialogar com ele sobre a sua e a nossa. Temos de estar convencidos de que sua visão de mundo, que se manifesta nas várias formas de sua ação, reflete a sua situação de mundo, em que se constitui” (FREIRE, 1987:87).

Do mesmo modo, para uma mudança na estrutura hierarquizada da nossa sociedade, em áreas de assentamento, se faz necessário à construção de espaços democráticos no qual é exercida a democracia, plena e não somente divulgada em documentos, notícias ou Planos de Desenvolvimento. Dado a heterogeneidade cultural das pessoas, de idéias, de valores que se encontram nas áreas de assentamentos, a implementação dessa prática torna-se um desafio.

### **3.2. Democracia**

Para melhor entender o que compreendemos por democracia, explanar-se-á mais profundamente sobre o termo, buscando evidenciar como as posturas democráticas ligam-se à cultura.

Na antiguidade grega, democracia descrevia a forma de governo que imperava em Atenas e em outras cidades da Ática, no qual todo cidadão deveria e poderia participar da política, entendida como vida social relativa a questões públicas na polis. Todas essas questões eram decididas pela maioria dos que eram considerados cidadãos.

Assim como o termo cultura, a democracia possui várias denominações conceituais, que podem ser divididas em correntes. Inicialmente, pode-se dizer que democracia significa igualdade, soberania popular, preenchimento das exigências constitucionais, reconhecimento da maioria e dos direitos das minorias, e liberdade (CHAUÍ, 2003). Para essa autora, são cinco os princípios da democracia: Liberdade, participação, diversidade, igualdade e solidariedade.

Contudo, esse sentido do termo democracia viabilizou muitas experiências contraditórias. Segundo MIGUEL (2000), do ponto de vista histórico, a referência seria a influência nazista da Segunda Guerra, quando “a

ameaça hitlelista uniu diferentes sistemas políticos sob a bandeira da defesa da democracia” (MIGUEL, 2000:52). Essa referência justificou que muitos Estados dissessem democráticos, como as “democracias populares” do Leste Europeu pré-1989 ou a “democracia relativa” do general Geisel.

Marilena Chauí esclarece, ainda, que poderia sistematizar o debate com dois modelos democráticos. O “modelo democrático” formulado por Schumpeter e o modelo de “democracia participativa” de MacPherson. De acordo com Schumpeter a democracia é:

“a) um mecanismo para escolher e autorizar governos, a partir da existência de grupos que competem pela governança (...) e escolhidos por voto; b) a função dos votantes (...) é de escolher homens que decidirão quais são os problemas políticos e como resolve-los (...); c) a função do sistema eleitoral, sendo a de criar o rodízio dos ocupantes do poder (...); d) o modelo político que baseia-se no mercado econômico (...); e) a natureza instável e consumidora dos sujeitos políticos que obriga a existência de um aparato governamental capaz de estabilizar as demandas da vontade política (...)” (CHAUI, 2003:138).

Neste modelo a democracia significa que o cidadão escolhe os representantes políticos, a cada certo período, delegando a estes o poder de incidir na coisa pública.

Conforme CHAUI (2003), MacPherson critica o modelo schumpeteriano, afirmando que se trata de um modelo elitista.

“(...) porque parte do pressuposto de que a função política principal cabe à elite dos dirigentes; porque parte do pressuposto de que a democracia é um sistema que mantém equilíbrio entre as demandas dos cidadãos e as ofertas do Estado. Cada vez que um Estado é capaz de responder satisfatoriamente às demandas da cidadania, o regime é democrático. O cidadão defini-se, pois, como consumidor, e o Estado, como distribuidor...” (CHAUI, 2003:139).

Contraopondo-se ao modelo criticado, MacPherson propõe o modelo de “democracia participativa”. Este apresenta um conjunto de condições que seriam, então, as condições sociais da democracia:

“a) mudança da consciência popular, tendo a população como agente executor que desfruta de suas próprias decisões; (...) b) grande diminuição da atual desigualdade social e econômica; (...) c) estimular procedimentos pelos quais se viabilizem as propostas de Marx (ditadura do proletariado) e de Stuart Mill (alargamento das franquias e aumento da participação) numa democracia participativa... e d) enfatizar o peso do ônus social trazido pelo capitalismo (...)” (CHAUI, 2003:139).

O modelo macphersoniano enfatiza os movimentos sociais, apoiando-se na ampliação do espaço político pela sociedade civil, assim o resumo do modelo é descrito pelo autor, como “um sistema piramidal com democracia

direta na base e democracia por delegação em cada nível depois dessa base” (CHAUÍ, 2003:140).

Portanto, democracia se configura como uma forma de vida social (cidadania, direito, eleições, partidos, circulação de informações, divisão de grupos, diversidade de reivindicações, etc.). Numa democracia, a liberdade é o valor que definirá a igualdade social (CHAUÍ, 2003).

No entanto, no processo de democratização, deve-se considerar que existe uma hierarquia de valores na sociedade e para adoção dos princípios democráticos fazem-se necessárias mudanças na vida das pessoas e os valores reorganizados em nova escala. Mas, nem todas as pessoas aceitam a mesma hierarquia de valores, o que gera nova diversidade cultural.

Nesse sentido, segundo MANNHEIM (1974), pode-se observar, nas etapas iniciais da democratização, que grupos com privilégio de segurança tornam-se “mobilizados” e autônomos em seu pensamento, ao contrário do grosso da população que ainda persiste em atitudes e comportamentos tradicionais. Por isso, o autor diz que,

“(…) de um lado a democracia alimenta a liberdade e o desenvolvimento da personalidade individual; estimula a autonomia individual concedendo a cada pessoa uma parcela de responsabilidade política. De outro lado, entretanto, a democracia também desenvolve poderosos mecanismos sociais para induzir o indivíduo a renunciar à sua autonomia” (MANNHEIM, 1974:143).

Para ele, se as camadas ainda são imaturas para a responsabilidade política, do poder, então é mais provável que utilizem mecanismos de renúncia da sua autonomia. E, na maioria das vezes, isso acontece para um mediador externo, que às vezes faz uso do termo democracia como forma de validar a sua autoridade, em vez de buscar formas de emancipar o indivíduo ou de estimular a prática do indivíduo.

Conforme FREIRE (1978), os analistas de nossa formação histórico-cultural têm insistido direta ou indiretamente na nossa “inexperiência democrática”. Não fomos levados à feitura de nossa sociedade. Essa inexperiência democrática está enraizada em verdadeiros complexos culturais.

“O Brasil nasceu e cresceu dentro de condições negativas às experiências democráticas. O sentido marcante de nossa colonização, fortemente predatória, à base da exploração econômica do grande domínio, em que o “poder do senhor” se alongava “das terras às gentes também” (...) não teria criado condições necessárias ao desenvolvimento de uma mentalidade permeável, flexível, característica do clima cultural democrático, no homem brasileiro” (FREIRE, 1978:66-67).

Com o tipo de colonização que tivemos, faltou-nos vivência comunitária. Oscilamos entre o poder do senhor de terras e o poder do governador, do capitão-mor. Isto propiciou sempre ao povo uma autoridade externa, dominadora, condição contrária ao regime democrático. Dessa forma, o que caracterizou nossa formação desde a colonização, foi o poder exarcebado, que se associa à submissão, à acomodação.

Assim, o processo histórico brasileiro, até a década de 70, era caracterizado por posturas de uma elite que tomava as definições, a seu bel prazer, sem que o povo participasse dos processos decisórios, “inexistentes enquanto capazes de decidir e a quem correspondia à tarefa de quase não ter tarefa” (FREIRE, 1978:47). Uma sociedade hierarquizada e autoritária, onde a longa cadeia de deveres e o anonimato da lei se opõem à liberdade individual e a garantia da igualdade. No Brasil, não houve, uma contribuição por parte das instituições políticas para facilitar uma prática participativa cotidiana.

No processo de redemocratização brasileiro nos anos 80, tínhamos de um lado uma sociedade hierarquizada, definidora das normas, de outro uma parte da população que buscava espaços de maior participação e a garantia da igualdade de condições, gerando uma relação oposta de dependência e liberdade.

## 4. METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS

Neste capítulo, pretende-se apresentar algumas questões teóricas relativas à metodologia, explicando as diferenças existentes entre as linhas quantitativas e qualitativas, para assim construir uma referência para a análise das metodologias participativas. Neste capítulo pretende-se também fazer um resgate histórico sobre a origem, caracterização e usos das metodologias participativas, fundamentando-se principalmente em Freire e Chambers.

Para melhor entender o papel das metodologias participativas, elas serão analisadas dentro da perspectiva de democracia participativa fundamentados anteriormente, com a expectativa que essas metodologias contribuam com as oportunidades de expressões, pois visam facilitar a ampliação da capacidade de tomadas de decisões do cidadão que viveu na condição de excluído da vida econômica ou social e das esferas de poder. Nesse sentido, SANTOS (2002) afirma que a defesa de uma democracia participativa centram-se em três propósitos centrais:

“[1] Assegurar maior intensidade na participação dos cidadãos nas decisões públicas; [2] criar oportunidades para o fomento de identidades coletivas e [3] ampliar o controle sobre representantes e autoridades políticas” (SANTOS, 2002:6).

Entretanto, é preciso que as ações desenvolvidas no meio rural sejam construídas por um processo fundamentado na problematização que, segundo FREIRE (1977a), “é o processo pelo qual, na relação sujeito-objeto, o sujeito se torna capaz de perceber, em termos críticos, a unidade dialética entre ele e o

objeto” (p. 139). Por isso não há conscientização fora da unidade teoria-prática, reflexão-ação. Somente com homens e mulheres atuantes nas suas ações e conhecedores da sua realidade é possível agir de forma consciente, através do diálogo, para uma transformação cultural, onde as pessoas sejam vistas como participantes do processo transformador.

Ao se discutir como se caracterizam as metodologias participativas, uma estratégia é mostrar alguns exemplos de aplicações de metodologias para, em seguida, discutir como são repassadas as idéias de democracia nos processos participativos.

#### **4.1. Métodos, técnicas e metodologias: conceitos e diferenças**

A preocupação em descobrir, responder, explicar a natureza vem desde os primórdios da humanidade, vários métodos foram utilizados para tal, as tentativas de explicar os acontecimentos através do conhecimento mítico, sobrenatural, do conhecimento religioso, do conhecimento filosófico. Assim com o passar do tempo muitas modificações foram feitas nos métodos existentes.

Segundo KAPLAN (1975:21), metodologia é “o estudo – descrição, explicação e justificação dos métodos e não os próprios métodos”. Portanto, “o objetivo da metodologia é o de ajudar-nos a compreender, nos mais amplos termos, não os produtos da pesquisa, mas o próprio processo” (KAPLAN, 1975:26). Para o autor os métodos,

“incluem procedimentos como os de formação de conceitos e hipóteses, o da observação e o da medida, da realização de experimentos, construção de modelos e de teorias, da elaboração de explicações e da predição” (KAPLAN, 1975:25).

De forma mais crítica, PINTO (1987) entende método como caminho a ser construído na direção de algo; ele não é um caminho pré-construído na direção de algo, por isso mesmo que ele é uma “prática”, esse algo é o objeto do método que se introduz na própria natureza do método.

“E tem que ser tomada em consideração, a natureza desse objeto que se quer conhecer, que se quer transformar, que se quer produzir (...) muitas vezes, nem sequer o pesquisador está consciente, ou seja, de sua visão de conhecimento, de sua visão de realidade” (PINTO, 1987:73).



Seguindo a linha de Pinto, LAKATOS (1991:83) sistematizou o conceito de método como

“um conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros-, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista”.

Por sua vez, KAPLAN (1975) define técnica como “procedimentos específicos utilizados por uma dada ciência ou utilizados em contextos particulares”.

ALENCAR e GOMES (1998) referem-se à questão metodológica como o modo do pesquisador proceder para encontrar o que ele acredita que pode ser conhecido. Nesse sentido, não é qualquer metodologia que será adequada.

São diversas as formas de avançar no conhecimento de um fenômeno, pela sua descrição, pela sua medição, pela análise do contexto, dentre tantas outras. Exemplo disso são os métodos quantitativos e qualitativos de investigação.

A investigação científica, na perspectiva quantitativa caracteriza-se pela experimentação, esta requer a remoção dos fenômenos pesquisados do ambiente natural e o seu exame realizado de forma controlável, medindo, quantificando a relação causa-efeito.

Contrário a essa perspectiva tem-se a investigação científica através da perspectiva qualitativa. Esta compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significados De acordo com HAGUETTE (1992), os métodos qualitativos enfatizam as especificidades de um fenômeno em termos de suas origens e de sua razão de ser. Os seguintes métodos, pesquisa-participante, pesquisa-ação, observação participante, estudo de caso, são métodos que se referem especialmente a aspectos teóricos-metodológicos da pesquisa qualitativa.

Assim, segundo TRIVINÕS (1987), surge com diferentes enfoques na busca de alternativas metodológicas para a investigação. Nesse sentido, as metodologias participativas, que são caminhos na busca de alternativas de intervenção, principalmente no desenvolvimento rural, tem na sua proposta a semelhança da abordagem participativa de pesquisa. Segundo THIOLENT

(1992:87) a concepção participativa de desenvolvimento rural sugere que a concepção de pesquisa que lhe é associada seja também participativa.

As práticas metodológicas participativas pretendem estimular a participação das pessoas na sua realidade. Para isso, utiliza métodos e técnicas que visam facilitar a participação da população de forma crítica e consciente. Mas a sua utilização foi derivada de um longo processo de mudanças em alguns setores da sociedade. As redefinições na estrutura interna de algumas entidades, a exemplo das ONGs, nas suas formas de intervenção, muitas vezes contribuíram para a supervalorização de “metodologias e métodos” (KLAUSMYER e RAMALHO, 1995).

Os métodos utilizados nas metodologias participativas procuram problematizar a realidade local, remetendo os problemas identificados a realidades mais amplas, respeitando os valores da cultura local.

Mas, atualmente tem ocorrido uma grande popularização no uso de metodologias participativas e algumas vezes, estas são utilizadas por organizações governamentais e não-governamentais mais por um ‘modismo’, do que pelos seus princípios. Dessa maneira, há a capacidade de verbalmente dá outro sentido, para a metodologia, muitas vezes, desconstruindo os seus princípios. Por esta razão a utilização de metodologias participativas não só depende das técnicas em si, mas de uma integração, das técnicas, dos princípios e de grupos mediadores comprometidos.

No tópico seguinte descreve-se a origem e caracterização das metodologias participativas.

#### **4.2. Origem, caracterização e usos das metodologias participativas**

Foi no berço das Ciências Agrárias que os profissionais sentiram a necessidade de melhorar sua forma de intervenção sobre a realidade vivida pela população rural. Diante desta necessidade, surgiram as abordagens participativas de intervenção na realidade rural e esta nova abordagem passou a orientar as estratégias de diagnósticos rurais que, segundo CHAMBERS (1994a), dos Diagnósticos Rápidos Rurais se inicia o desenvolvimento dos métodos de diagnósticos rurais participativos.

De acordo com CHAMBERS (1992), eles eram o resultado do reconhecimento, por parte dos profissionais das agrárias, de que as populações rurais têm conhecimento a respeito de muitos problemas que afetavam as suas vidas.

Existe uma diversidade de metodologias participativas que permitem a grupos ou organizações discutirem os problemas e definirem suas atividades de forma coerente e organizada (KLAUSMEYER e RAMALHO, 1995). Valarezo (1995), citado por FARIA (2000), apresenta uma listagem com 32 métodos com enfoques participativos, desde a década de 70<sup>5</sup>.

Neste sentido, a busca por um processo de pesquisa e extensão mais eficiente gerou, também, a concepção de uma nova metodologia, conhecida como **FSRE** (Farming Systems Research and Extension) que, em português, seria conhecida por Pesquisa e Extensão em Sistemas Agrícolas. O **AAE** (Análise de Sistemas Agroecológicos) que se fundamenta tanto em conceitos ecológicos quanto socioeconômicos, seus diagramas foram desenvolvidos na Tailândia.

Como também, o Centro Internacional de Investigação Agroflorestal (ICRAF), desenvolveu uma metodologia específica para o desenvolvimento de sistemas agroflorestais, mas baseando-se na anterior. Esta metodologia ficou conhecida como Diagnostic and Design – D&D (Diagnóstico e Desenho).

Na década de 80 surgiram as primeiras publicações com novos métodos de Diagnósticos, como: **DRR** (Diagnóstico Rural Rápido), que surgiu de uma crítica ao trabalho até então desenvolvido pelas organizações de desenvolvimento, que privilegiava os produtores mais prósperos e normalmente só consultava homens. Então o DRR foi uma estratégia criada para trabalhar com produtores mais carentes e estimular a participação das

---

<sup>5</sup> “AEA – Agroecosystems Analysis; BA – Beneficiary Assesment; DELTA – Development Education Leadership Teams; D&D – Diagnosis and Desing; DRP – Diagnóstico Rural Participativo; DRPP – Diagnóstico Rural Participativo y Planeamento; DRR – Diagnóstico Rural Rápido; GRAAP – Groupe de recherche et d'appui pour l'autopromotion paysanne; IAP – Investigación Acción Participativa; IESA – Investigación y Extensión en Recherche Participative; IPA – Investigación Participativa Agrícola; MARP – Méthode Accélére de Recherche Participative; PALM – Participatory Analysis and Learning Methods; PD – Process Documentation; PRM – Participatory Research Methods; PTD – Participatory Technology Development; RA – Rapid Appraisal; RAAKS – Rapid Assesment of Agricultural Knowledge Systems; RAP – Rapid Assesment Procedure; RAT – Rapid Assesment Techniques; RCA – Rapid Catchment Analysis; REA – Rapid Ethnographic Assesment; RFSA – Rapid Food Security Assesment; RMA – Rapid Multi-perspective Appraisal; ROA – Rapid Organizational Assesment; SB – Samuhik Brahman (Joint trek); TD – Teatro para el Desarrollo; TFD – Training for Transformation; PAC – Planeamiento Andino Comunitario; ERP – Evaluación Rural Participativa; RRSA – Rapid Rural Systems Appraisal e RCC – Manual de Revitalización Cultural Comunitaria” (FARIA, 2000:13).

mulheres, que até então eram excluídas das propostas de diagnóstico para as comunidades.

Mas, apesar de prever a participação da comunidade, a sua limitação está no fato de que a população não vê os resultados concretos. Segundo CHAMBERS e GUIJT (1995) as informações coletadas são analisadas pela equipe longe da comunidade.

Além dos novos métodos de diagnósticos, surgiram metodologias participativas mais direcionadas a planejamento das comunidades, de instituições. Estas buscavam não mais só diagnosticar os problemas, mas objetivavam propor as resoluções, as estratégias, também de forma participativa.

As ONGs se utilizam muito dessas metodologias no seu trabalho de desenvolvimento institucional, são as seguintes: **MAPP** (Método Altadir de Planejamento Popular), **MRP** (Método de Resolução de Problemas), **PE** (Planejamento Estratégico), **PEO** (Planejamento Estratégico Operacional), **ZOPP** (Planejamento de Projeto Orientado por Objetivos), **PES** (Planejamento Estratégico Situacional).

Assim, na década de 90, houve rápida expansão de métodos e enfoques participativos e, segundo GARRAFIEL et al. (1999), as pesquisas participativas tiveram influência de métodos utilizados pelas ciências sociais, principalmente a pedagogia de Paulo Freire. Neste período, os métodos buscavam um processo de pesquisa e extensão mais eficientes, com a preocupação de conhecer melhor o sistema agrícola, com uma abordagem mais integrada e a participação da população rural nos processos de intervenção.

Uma síntese do processo histórico da difusão das metodologias participativas pode ser visualizada no Quadro 1.

## Quadro 1 – Histórico da difusão das metodologias participativas

Década	Fatos
1960	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Declínio do modelo clássico de pesquisa agrícola (transferência de tecnologia) começa a preocupar os investigadores, dando assim um impulso para se encontrarem alternativas.</li><li>▪ Uso de questionários demorados, formais e estanques com pouca participação.</li></ul>
1970	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Desenvolvimento da abordagem “investigação-sistemas” e “investigação-desenvolvimento” nos centros de pesquisa agrícola.</li><li>▪ Sob a direção de Chambers, os investigadores iniciam um seminário anual sobre métodos rápidos de investigação Qualitativa, “Rapid Rural Appraisal (RRA), Diagnóstico Rápido Rural (DRR)”.</li></ul>
1980	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Experiências e publicações sobre o tema</li><li>▪ Conferência internacional sobre RRA, na Tailândia</li><li>▪ Publicações (universidades, ONGs e outros)</li><li>▪ Incorporação do termo participação e participativo no DRR, tornando-se o Diagnóstico Rural participativo (DRP).</li></ul>
1990	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Expansão do método DRP.</li><li>▪ Vários seminários de difusão.</li></ul>

Fonte: Adaptado do texto Diagnóstico Participativo (ELLSWORTH et al., 1995).

De acordo com KLAUSMEYER e RAMALHO (1995:9), um trabalho realizado por Theo Mutter, cooperante do Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social (SACTES), que atua em vários projetos de desenvolvimento no Brasil, tendo como tema, os “métodos participativos na cooperação”, definiu alguns princípios fundamentais dos métodos participativos, estes princípios foram elaborados a partir de uma análise de metodologias desenvolvidas no âmbito da cooperação internacional. São eles:

- Flexibilidade – Não existe um esquema rígido para os métodos participativos. Estes são aplicados, condicionados pela situação, dentro de determinados contextos e se desenvolvem a partir daí;
- Transparência – O sentido e a finalidade de qualquer atividade precisam ser compreendidos por todos os participantes;
- Interdisciplinariedade – Os assessores devem ter diferentes especializações profissionais para garantirem um enfoque e um tratamento da situação de sua problemática a partir de distintos pontos de vista;

- Aprendizagem recíproca – Os beneficiários e aqueles que estão na posição externa (assessores) aprendem conjunto e reciprocamente. O assessor necessita aprender a ouvir. Dessa maneira, o saber da população não é só valorizado, mas também integrado;
- Juntar qualidade e quantidade – Procedimentos qualitativos complementam o longo tempo de orientação unilateral que se baseava puramente em resultados quantitativos. Com isso é, mas difícil demonstrar resultados imediatos;
- Orientação segundo o grupo – O apoio a processos de formação de grupos, estimulando a criação de organizações de base;
- Deslocamento do poder de decisão – O controle e a competência de decisão deverão estar em grande medida com os beneficiários;
- “From extracting to empowerment” – Da coleta de informações ao empoderamento [tradução nossa] – Nesta perspectiva as populações não devem desempenhar apenas o papel de fornecedor de informações e de receptores passivos de realizações. Eles devem ser capacitados para guiarem a própria história;
- Presença in loco – A avaliação e a assessoria devem ocorrer *in loco*, para que possa aprofundar na realidade de um projeto;
- Procedimento interativo – Manter discussão conjunta depois de cada etapa de resultados e, manter um monitoramento;
- Democratização – Os beneficiários participam desde o princípio, começando com a identificação das carências e dos problemas;
- Documentação – A análise, a discussão e os resultados precisam ser registrados;
- O papel do assessor – Os profissionais externos devem apenas agir como um facilitador dos processos que transcorrem na comunidade.

Dessa forma, esses princípios devem sempre estar explícitos aos grupos mediadores que utilizam as metodologias participativas, pois têm como objetivo incentivar as comunidades a descobrirem seus próprios problemas e buscar meios para resolvê-los sem que isto seja feito por imposição dos próprios mediadores. Entretanto, resta a dúvida de como esses princípios são colocados em prática nos assentamentos rurais.

Portanto, compreendemos que não basta apenas nos apropriarmos de metodologias participativas para promover o desenvolvimento. Elas são ferramentas de trabalho, mas por si só não garantem as mudanças. Pois, elas incorporam a ideologia dos grupos que as utilizam em sua prática.

Dessa forma, as ações de desenvolvimento planejadas para o meio rural têm passado por vários desafios em processos de intervenção participativa, entre grupos mediadores e comunidade local, ou seja, processos onde se levem em consideração as várias formas de conhecimento do outro. Nesse contexto, as metodologias participativas mostram-se como caminho importante para a formação da cultura democrática nos assentamentos rurais.

Recentemente, várias entidades governamentais, não-governamentais e movimentos sociais estão levantando a bandeira de propostas de desenvolvimento local à luz de metodologias participativas, na busca de maior atuação da população rural nas tomadas de decisões.

São vários os tipos de entidades que trabalham junto a assentamentos rurais que incorporam essas metodologias, tais como: Organizações não-governamentais (ONGs), agentes do Estado, representados pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR), universidades, empresas, cooperativas, dentre outros.

Entretanto, o surgimento das ONGs foi um dos estímulos para novas reflexões a respeito das práticas de atuação das assessorias, que passaram a englobar novos temas no seu trabalho, meio-ambiente, tecnologias alternativas e metodologias participativas. Como cita ALMEIDA (1999:75), apresentando o trabalho de uma ONG, “a metodologia que propõe a entidade é participativa: todos, técnicos e agricultores, devem estar engajados no trabalho de discussão, de reflexão e de execução das ações”.

No entanto, esta rápida irradiação das chamadas “metodologias participativas” parece estar sendo orientada, predominantemente, por uma razão instrumental, ou seja, pela atração exercida pelas técnicas mais do que uma abordagem participativa em si (Petersen, 1999, citado por FARIA, 2000).

De acordo com um trabalho apresentado pela equipe do Projeto DEMO<sup>6</sup>, com as ONGs envolvidas com o projeto e suas metodologias de intervenção. OLIVEIRA e SCHWEIGERT (1995) afirmam que a relação destas com as entidades de cooperação internacional é parte constitutiva de introdução/utilização dos métodos específicos de planejamento, e cita “de certa forma havia uma imposição no aspecto que não havia nenhuma outra metodologia e aquela foi introduzida pela entidade financiadora” (p. 239). Essa questão nos faz refletir que no início das aplicações de metodologias participativas a utilização se fazia a partir de uma imposição das entidades financiadoras e nem sempre por opção ideológica da entidade executora dos projetos. Mas, “hoje não tem imposição... a gente utiliza a metodologia e ela toma a forma de aprendizado” (OLIVEIRA e SCHWEIGERT, 1995:239).

Mas, instigada pelos desafios, cada entidade vai

“aos poucos, compondo uma metodologia de intervenção onde se mesclam a utilização de novas abordagens e a leitura crítica das experiências passadas, criando uma sistemática de intervenção tida por cada uma como a mais adequada à sua concepção de trabalho e as características de seu público” (OLIVEIRA e SCHWEIGERT, 1995:238).

Desse modo, deve-se ter o devido cuidado na utilização de metodologias participativas, pois não se deve focalizar a técnica em si, mas também os valores culturais no sentido de evitar que as populações dos assentamentos “simplesmente tomem parte naquilo que outro define para elas como sendo bom, como sendo válido, como sendo necessário” (PINTO, 1987:77). Pois, na medida do processo de execução,

“se você quiser manipular a metodologia, você manipula tranquilamente. Mas, se você tem um compromisso você não manipula e vai ter um resultado verdadeiro dentro daquele processo de trabalho” (OLIVEIRA e SCHWEIGERT, 1995:242).

De fato, se os grupos que utilizam metodologias participativas, não tiverem compromissos com éticos na sua intervenção, podem fazer uso das técnicas, mas sem aplicabilidade dos princípios das mesmas.

Existem vários trabalhos realizados (PEREIRA, 2001; FURTADO e FURTADO, 2000; KLAUSMEYER e RAMALHO, 1995), com as mais variadas

---

<sup>6</sup> O Projeto DEMO (Desenvolvimento Institucional e Metodologias de Trabalho de ONGs no Nordeste) é um projeto formado por ONGs nordestinas, ligadas ao Convênio SACTES, interessadas na elaboração e reflexão dos projetos e na construção de alternativas metodológicas.



metodologias participativas, desde a construção de planos de desenvolvimento até assessoria a assentamentos e comunidades rurais, no intuito de cada vez mais, se buscar a participação da comunidade na sua realidade.

No tópico seguinte faremos um aprofundamento do Diagnóstico Rural Participativo, hoje dentro do conjunto de metodologias participativas, este método, tem sido amplamente divulgado e utilizado em projetos de desenvolvimento em áreas de assentamentos rurais, tendo importância para o nosso trabalho, pois foi base para a elaboração do DRPE, um dos métodos analisados no nosso trabalho.

#### **4.1.1. Diagnóstico rural participativo**

O Diagnóstico Rural Participativo (DRP) é uma derivação do Diagnóstico Rural Rápido (DRR), mas se diferencia deste por trazer uma forte ênfase na participação da população nas análises das informações e no planejamento. Na década de 80 houve críticas a respeito, por exemplo, questionou-se sobre a rapidez dos resultados dos diagnósticos, com isso, os técnicos e os agentes de desenvolvimento começaram a dar mais enfoque ao aspecto participativo do método do que ao fator tempo. Assim, a partir dos anos 90, o DRP passa a ter como particularidade o foco sobre os interesses das comunidades locais e o fortalecimento das capacidades de decisões.

Nesse sentido, o método participativo é definido como,

“uma família de enfoques e métodos dirigidos a habilitar a população rural a compartilhar, aumentar e analisar seu conhecimento sobre sua vida e condições, para planejar e agir” (CHAMBERS, 1994a:953).

O DRP surgiu com base na pesquisa-ação<sup>7</sup> e na proposta de capacitar as comunidades para a mudança de sua realidade. Para SCHONHUTH (1994), o elemento central da metodologia é a aprendizagem com e através das pessoas da comunidade e seu desenvolvimento sustentável.

Sua concepção aponta também para a idéia de um planejamento descentralizado e de um processo democrático de tomada de decisões que

---

<sup>7</sup> A pesquisa-ação possui muito das idéias de Paulo Freire. É definida como “um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo” (THIOLLENT, 1992:14).

valorizem a diversidade social, a participação popular e o 'empowerment'<sup>8</sup> da comunidade (CHAMBERS, 1994b).

Segundo CHAMBERS e GUITJ (1995) significam reconhecer as pessoas locais – tanto homens como mulheres – como analistas, planejadores e organizadores ativos. O DRP passa a ser mais que um simples exercício de coleta de dados. Tem como objetivo habilitar a população rural a fazer a sua própria investigação, para planejar e se apropriar do resultado. Em um Diagnóstico Rural Participativo, o conhecimento está articulado e gerado em várias formas participativas, com a utilização de: entrevistas, investigações, mapeamentos e diagramas, história de vida, calendários sazonais. A apresentação e análises são realizadas pela própria população rural (CHAMBERS, 1992).

Uma série de técnicas tem sido combinadas em seqüências muito diversas e com um surpreendente leque de ação,

“estes métodos apontam vantagens devido a sua natureza flexível em vez de rígida; visual em vez de verbal; baseados em análise de grupo em vez de individual e na comparação mais do que na medição” (CHAMBERS e GUITJ, 1995:6).

De acordo com SCHONHUTH (1994), os princípios éticos do DRP requerem uma atitude diferente do pesquisador externo, do mediador, em relação a sua prática, que é aprender com os indivíduos, respeitar as pessoas com as quais trabalha, se interessar pelo que as pessoas sabem, dizem, mostram e fazem. Como também, na orientação aos próprios resultados, na capacidade de escutar, na modéstia do seu próprio conhecimento, nos métodos que constroem no compartilhar o conhecimento da comunidade, ampliando-os e analisando-os.

O DRP tem uma perspectiva ampla, utiliza técnicas flexíveis e informais, e requer uma ativa participação de quem está envolvido. Por isso, tem condições de promover práticas democráticas.

Fundamentado nos Diagnósticos Rápidos Participativos, PEREIRA e LITTLE (2000) elaboraram uma proposta de diagnóstico para áreas de assentamentos, denominada Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador (DRPE), que foi testado e aplicado no âmbito do Programa de Consolidação e

---

<sup>8</sup> Termo utilizado pelos americanos, numa tradução para o português seria 'reforço de poder', muito usado como empoderamento.

Emancipação (Auto-suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária (PAC), descrito posteriormente. Esta proposta tinha como instrumento a viabilização da participação do público em suas ações, a partir de alguns princípios em comum, como flexibilidade na coleta das informações, participação e reciprocidade na aprendizagem.

Segundo os autores, o DRPE,

“é uma metodologia especificamente elaborada para intervir, de forma planejada, na complexa realidade dos assentamentos rurais da Reforma Agrária no Brasil. Sua metodologia é composta por uma conjugação de métodos e técnicas de intervenção participativa que permite obter informações qualitativas e quantitativas em curto espaço de tempo. Constitui um instrumento metodológico de identificação de problemas, suas causas e possíveis soluções a partir da interação dialógica entre os seguintes atores sociais, envolvidos na Reforma Agrária: a) os assentados e suas organizações; b) o Estado...; c) as equipes transdisciplinares enquanto grupos de mediação” (PEREIRA e LITTLE, 2000).

O DRPE procura estabelecer um canal de comunicação interativo entre as famílias assentadas e o Estado, através dos grupos de mediadores.

De acordo com PEREIRA (2001), o caráter Emancipador incorporado ao DRP está fundamentado na “Pedagogia Emancipadora” de Freire, onde a compreensão do universo cultural é a base para o processo de conscientização. Então, segundo o autor, partindo da reflexão cultural e agindo sobre a realidade, modificando-a, é que se inicia o processo de conscientização.

No DRPE, são consideradas as produções de resultados rápidos, a participação e a conjugação de técnicas qualitativas de pesquisa e de dinâmicas de grupo, observando os seguintes aspectos: a) transdisciplinariedade; b) triangulação na coleta de informações<sup>9</sup>; c) análise de conteúdo.

Nesse sentido, os objetivos do DRPE são:

- a) Identificar os temas geradores dos assentados, motivando-os metodologicamente a problematizarem sua realidade, estabelecendo as suas prioridades;

---

<sup>9</sup> Esta consiste segundo TRIVIÑOS (1987), no estabelecimento de três dimensões analíticas: a) elementos produzidos pelo meio dos atores sociais (informações secundárias); b) processos e produtos centrados nos atores sociais (entrevistas, etc.); c) processos e produtos originados pela estrutura sócio-econômica do macro-ambiente social dos atores.

- b) Levantar informações de natureza qualitativa como base para elaborar estratégias de ação;
- c) Identificar as limitações e potencialidades estruturais das famílias assentadas.

Além disso, segundo PEREIRA (2001), o DRPE está voltado para o processo de conscientização das famílias assentadas. Para isso, valoriza o diálogo, a capacidade reflexiva e a construção coletiva de normas de convivência. Assim, para sua aplicação é necessária uma equipe transdisciplinar, o que significa uma equipe com profissionais de diferentes áreas de conhecimento. Podendo dessa forma, “um profissional ‘transitar’ na área do outro em termos dialógicos, no sentido de captar, registrar e construir informações constitutivas de uma determinada realidade, sem, no entanto, interferir na área do outro” (PEREIRA, 2001:8).

O processo de intervenção nos assentamentos rurais por meio da aplicação do DRPE deve levar em conta, previamente, as características de cada assentamento: sua história, posição geográfica, estrutura organizacional, número de famílias, dentre outras.

De acordo com PEREIRA e LITTLE (2000:12),

“a intervenção em cada assentamento segue um processo circular e cumulativo de coleta de informações, conjugando técnicas coletivas com técnicas individuais, no sentido de captar as diferentes percepções e situações dos assentados, de forma que se possa coletar o máximo de informações possíveis num curto espaço de tempo”.

Assim, para essas coletas de informações, o DRPE é composto por técnicas que se aplicam junto às famílias. As técnicas permitem a plena participação de todas as pessoas envolvidas no diagnóstico e não apenas os(as) técnicos(as) ou pessoas alfabetizadas ou mais esclarecidas. As técnicas mais comumente empregadas são (PEREIRA, 2001; ROCHA, 1994):

- Mapeamento: através dessa técnica as famílias desenham um croqui do assentamento, apresentando detalhes de toda área ocupada;
- Caminhadas Transversais: consiste em percorrer transversalmente o assentamento, acompanhado de assentados, onde se busca identificar a diversidade de ecossistemas, solo, uso da terra, entre outros aspectos, através da percepção dos moradores do assentamento;

- Entra e sai: é uma técnica para a coleta de informações de dados econômico-administrativos das famílias assentadas, permite uma avaliação do que entra e sai do assentamento, explicitando os fornecedores e canais de comercialização;
- Calendário Sazonal: consiste na construção de um esquema onde possa representar a demanda de força de trabalho ao longo de um ano agrícola, permite avaliar as atividades desenvolvidas e a demanda de força de trabalho;
- Rotina Diária: é uma técnica complementar ao calendário sazonal, permitindo visualizar a distribuição do trabalho da família ao longo do dia;
- Diagrama de Venn: essa técnica consiste na apresentação gráfica, em forma de círculos, por parte das famílias, com o objetivo de avaliar quais as entidades ou instituições que têm significados para elas em relação ao assentamento;
- Matriz de Realidade/Desejo: consiste na elaboração de uma matriz onde são cruzadas as informações sobre os problemas, suas causas e possíveis soluções apresentadas pelas famílias;
- Eleição de prioridades: Consiste na apresentação de todas as demandas existentes por parte das famílias, com o objetivo de elegê-las em ordem de prioridade.

## 5. CULTURA E PEDAGOGIA DAS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS

### 5.1. Intervenção social e desenvolvimento

O processo de modernização conservadora<sup>10</sup> da agricultura brasileira pode ser compreendido como a opção política do Estado em promover o desenvolvimento agrícola nacional, fundamentado no modelo produtivista norte-americano (SÁ SOBRINHO, 2003). Essa política desenvolvimentista era baseada na restrição da participação política, pois sua principal preocupação era transferência de tecnologia, “de quem sabe para quem não sabe”. Essa proposta de agricultura tinha como objetivo a superação das práticas da agricultura tradicional, para um modelo de agricultura científico e tecnológico.

Segundo CHAMBERS (1992), durante a década de 70 poucas pessoas questionavam a idéia de que o mundo “desenvolvido”, tido como os países industrializados, detinha a solução para os problemas dos países de Terceiro Mundo, e que bastava haver a transferência de tecnologias “modernas” aos agricultores com práticas “primitivas” que o processo modernizador estaria implantado e o desenvolvimento ocorreria. No entanto, as transferências não ocorreram de modo tão simples. Em função disso, passou-se a buscar métodos mais eficazes para a implantação de políticas de desenvolvimento.

---

<sup>10</sup> A referência à modernização conservadora é utilizada por autores como José Graziano da Silva, para referir-se à opção política governamental pela promoção da modernização das atividades produtivas no campo, sem alteração da estrutura fundiária do país caracterizada pela presença dos latifúndios.

De acordo com Paulo Freire, a modernização e o desenvolvimento representam dois tipos de mudanças. De um lado, respectivamente, as mudanças acontecem devido às decisões se situarem de fora da sociedade, por outro lado as mudanças ocorrem no interior da sociedade. Assim, “o conceito de desenvolvimento está ligado ao processo de libertação das sociedades dependentes, enquanto a ação modernizante caracteriza a situação concreta de dependência” (FREIRE, 1979:62).

Podemos a partir dessa citação, fazer uma relação entre o processo de modernização e o de desenvolvimento implantado nas comunidades rurais, onde o processo de modernização buscava, repassar uma tecnologia tida como fundamental para a população rural. E a proposta de desenvolvimento, através de compromisso de algumas entidades, buscava a participação direta da população nas suas ações, no conhecimento da sua realidade. Pois como será visto mais adiante o Estado se apropria desse termo, mas nem sempre com o compromisso na busca de uma participação real da população.

Todavia, expressões como participação foram utilizadas e incorporadas nos discursos de desenvolvimento, pelos governos militares, nos programas de Desenvolvimento de Comunidade (na década de 60) e os programas de Desenvolvimento Rural Integrado (na década de 70), tendo, no primeiro caso, uma participação para validar as decisões governamentais e, no segundo, a busca de respostas conjunturais ao agravamento dos problemas sócio-econômicos do campesinato (DURÁN, 2001).

Por outro lado, grupos religiosos e cientistas sociais vinculados aos movimentos políticos, sociais e ambientais, desenvolveram e reforçaram a idéia da participação dos grupos rurais mais pobres e afetados pelas políticas desenvolvimentistas oficiais. Com objetivo de que uma maior atuação da população, de forma mais ativa, mais capacitada, interferindo na sua realidade, dando uma concepção mais crítica às propostas de desenvolvimento elaboradas pelo Estado.

Dessa forma, se construiu uma concepção de desenvolvimento, fundamentada nas ações da participação popular, onde estariam garantidos os seus desejos. Vários são os trabalhos sobre desenvolvimento local, discutido dentro de uma idéia de que as ações são colocadas para o local e não mais só em função do estado, devendo-se ter uma maior representatividade. Propõem

uma visão que coloque o ser humano e os interesses coletivos como ponto central, convergindo para a potencialização das capacidades dos indivíduos (Dowbor, 1996, citado por FARIA, 2000).

BUARQUE (1999:8) define desenvolvimento local como

“um processo endógeno que representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas” (BUARQUE, 1999:6).

A busca de um desenvolvimento local bem-sucedido decorre de ambiente favorável, expresso em mobilização e principalmente, de convergência dos atores sociais (municipais ou de comunidades), para as prioridades e orientações básicas de desenvolvimento (BUARQUE, 1999).

A concepção do desenvolvimento local tem se aplicado em diferentes espaços territoriais, tanto a nível regional, como municipal ou de comunidade. Hoje, essa discussão também está aprofundada em áreas de assentamentos.

Durante a última década, a compreensão do papel da Reforma Agrária como instrumento de desenvolvimento local e regional levou a considerar elementos antes ignorados, na hora de planejar um assentamento; várias perguntas surgiram, como: qual é a viabilidade? Quais são os investimentos necessários para torná-lo viável? Que tipos de produção são mais adaptáveis? Como integrar o desenvolvimento do assentamento no desenvolvimento mais geral do município e da região?

Portanto os problemas não eram mais apenas os poucos recursos públicos destinados para as áreas de Reforma Agrária, mas também a falta de um planejamento estratégico para as áreas de assentamento. Segundo BUARQUE planejamento é

“uma ferramenta de trabalho utilizada para tomar decisões e organizar as ações de forma lógica e racional, de modo a garantir os melhores resultados e a realização dos objetivos de uma sociedade, com os menores custos e no menor prazo possíveis” (BUARQUE, 1999:35).

São vários os fatores que influenciaram o desenvolvimento local, mas dentro do objetivo desse trabalho, será enfocada a idéia da descentralização e o estímulo para a participação dos atores sociais na realidade vivida.

Deste modo, PINTO (1987) assinala que o termo participação não é um conceito neutro e, como todas as categorias sociológicas, este tem um quadro histórico e político que o define. A participação é aquela prática política que



determinado grupo faz em função de seus interesses. Segundo o autor, participação “é um processo de lutas, em que a população tenta assumir, buscar a sua parte, participar... é luta por direitos... é tomar parte nas coisas, participar no planejamento, participar na execução” (PINTO, 1987:77-78).

Segundo Rahnema (1999), citado por CORREIA (2001), as palavras “participação” e “participativa” apareceram pela primeira vez no jargão desenvolvimentista em 1950. Os ativistas sociais e pesquisadores iniciaram o fim das estratégias de ação de cima para baixo e a inclusão da participação e métodos participativos de interação como uma dimensão essencial do desenvolvimento.

Mas é durante a década de 70 que a palavra participação começa a fazer parte no discurso do Estado. “Isto abre um espaço, pelo menos de legitimação, ao nível de discurso, para práticas participativas” (PINTO, 1987:79).

A razão da utilização da palavra participação nos discursos se dá ao fato do movimento popular utilizar práticas participativas junto às classes populares. Assim, a classe dominante, observando o avanço de participação, começa a se apropriar dessa participação que surge nos movimentos populares, para, assim, transformá-la numa participação concedida.

Este processo alcançou maior notoriedade com intensa mobilização popular que marcou o período de “reabertura democrática” iniciada durante o Governo Figueiredo. As críticas foram centradas nos resultados negativos dos modelos desenvolvimentistas das décadas anteriores, principalmente na área ambiental, nas desigualdades socioeconômicas e na falta de participação na tomada de decisão por parte dos grupos sociais mais pobres.

Na década de 80, o repensar teórico de alguns autores incidiu na configuração do desenvolvimento rural sustentável o qual incluía o componente da participação dos atores rurais mais pobres nas decisões de seus problemas e em ações mais planejadas (GUZMAN, 1997; ALMEIDA, 1997). Anos mais tarde, o conceito de “desenvolvimento humano” (1990) elaborado pelo PNUD inclui aspectos como a sustentabilidade e a participação na decisão (empoderamento) das populações participantes dos projetos (PNUD, 1996).

A participação hoje é vista como elemento chave da democracia (no Brasil). Algumas instituições que utilizam métodos participativos vêm

empregando com uma perspectiva bem definida de desenvolvimento autônomo, fundado em sistemas agrícolas alternativos. É o caso da Assessoria em Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), que identificou na participação não apenas uma forma de maior eficiência na escolha de propostas técnicas para uso da agricultura, mas também na realização do processo de desenvolvimento como um todo (WEID, 1997).

Nesse sentido, é importante historicizar o desenvolvimento das metodologias participativas. As primeiras reflexões surgiram a partir das críticas ao modelo de pesquisa agrícola de 'transferência de tecnologia'.

Ao longo da década de 70, preconizadas pelas idéias de Paulo Freire, houve um maior impulso no uso de métodos e técnicas que buscassem propostas de práticas democráticas e a participação das pessoas na suas ações. Então, como nos diz Freire trabalhar métodos e técnicas diferenciadas, nada mais é do que uma ação educativa. É necessário ter uma relação de diálogo, ser problematizadora, ou seja, estimular a reflexão das pessoas sobre sua realidade. Numa proposta investigativa, há o esforço de propor aos indivíduos sua situação como problema, levando-os a uma reflexão crítica da realidade. Segundo FREIRE (1987),

"quanto mais assumam os homens uma postura ativa na investigação de sua temática, tanto mais aprofundam a sua tomada de consciência em torno da realidade e, explicitando sua temática significativa, se apropriam dela" (p. 99).

Estamos muito limitados a pensar em metodologia como uma aplicação de métodos e técnicas. No entanto, PINTO (1987) nos mostra que vai mais além, que se deve ter um plano com a seqüência de procedimentos, que inclui as técnicas e instrumentos, deve-se ter uma relação com o objeto que se vai trabalhar e ainda tem que gerar conhecimento. Para que assim se possam identificar as melhores técnicas para uma determinada situação.

## **5.2. Intervenção participativa de grupos mediadores**

Segundo NOVAES (1994), fazer mediação é traduzir e, ou, introduzir falas, linguagens, ser ponte, estar entre. Nesta relação, podem-se encontrar vários tipos de grupos de mediação, os que contribuem ou os que questionam a submissão das populações. De acordo com a autora, "clientelismo e

patronagem são formas de mediação exercidas por donos de terra e por comerciantes. Citando Eric Hobsbawn fala sobre o professor, sobre o padre (...)" (NOVAES, 1994:178).

Tomando como base à origem questionadora das metodologias participativas e seus princípios democráticos as entidades que adotam tais metodologias, orientam suas intervenções no sentido de proporcionar melhor qualidade de vida para os grupos assessorados, a partir da ruptura com a estrutura de dominação.

De acordo com ALENCAR (1990), o processo de intervenção é uma ação (ou conjunto de ações) praticada por pessoas (agentes, assessores) que não pertencem ao núcleo comunitário onde tal ação se realiza. Assim, tendo como referência o trabalho com comunidades, para ele, essa intervenção pode se dar de duas formas,

ela pode assumir um caráter "tutorial" ou um caráter "educativo"... A intervenção assume um caráter tutorial quando a ação do agente externo é orientada no sentido de introduzir "idéias" previamente estabelecidas sem que haja participação da população alvo de sua ação na formulação de tais "idéias"... A intervenção assume um caráter educativo quando a população alvo é estimulada pelo agente externo a desenvolver a habilidade de diagnosticar e analisar os seus problemas, decidir coletivamente sobre as ações para solucioná-los, executar tais ações e avaliá-las, buscando, sempre que necessário novas alternativas (ALENCAR, 1990:98-99).

As mudanças ocorridas no meio rural brasileiro, nas últimas décadas, principalmente resultantes da grande mobilização e reivindicação dos Movimentos Sociais, fizeram com que o camponês ocupasse os espaços de discussões, de luta, de mobilizações. De acordo com MARTINS (1993), esta ação torna o camponês um agente político,

"já não é apenas o camponês folclórico, de festividades populares, o camponês que simboliza e pratica o atraso. Agora é o camponês que ocupa terra, que luta, que questiona" (MARTINS, 1993:29).

Contudo, mesmo como agente político, o camponês pode estar sujeito à intervenção tutorial de agentes externos que o coloque em posição inferior, ou seja, sai a figura do patrão, mas entram novas figuras que podem representar o mesmo poder opressor na população.

Tanto no Brasil como na América Latina, o processo de intervenção no meio rural era considerado até a década de 70, como "tutorial", numa abordagem convencional, onde o processo de intervenção dos mediadores

externos se dava de forma linear, ou seja, um tinha o conhecimento e outro recebia, em um processo caracterizado como difusionista. Essa intervenção tinha como objetivo a transformação do padrão técnico dos agricultores e não respeitavam seus conhecimentos.

A exemplo desse processo de intervenção, pode-se observar o modelo de extensão rural no Brasil, que teve suas raízes no modelo extensionista norte-americano que foi expandido para o mundo após a Segunda Guerra Mundial. Neste modelo denominado “clássico”, o conhecimento era transmitido de forma unidirecional, ou seja, repassado do técnico às pessoas do meio rural, tendo como uma de suas principais características a idéia de que era necessário informar e persuadir as famílias a adotarem práticas agrícolas consideradas modernas. Havia a necessidade de “educar” o agricultor para que o mesmo passasse a adquirir e utilizar produtos necessários à modernização de sua atividade agrícola, os métodos extensionistas eram marcados por ações paternalistas.

Segundo LISITA (2001), a Assistência Técnica Rural visava o aumento da produtividade e a mudança da mentalidade dos produtores do “tradicional” para o “moderno”. Desta forma a tecnologia era considerada a responsável pela melhoria das condições de vida no campo, sendo o papel do extensionista o de “mero repassador de tecnologias”.

O serviço oficial teve o papel de transferir aos agricultores, produtos gerados nas instituições de pesquisa, reforçados pelas instituições de ensino, para a implementação do processo modernizante da agricultura brasileira. Esta transferência de tecnologia evidenciava, cada vez mais, o caráter tutorial das estratégias de intervenção. Assim, a prática extensionista era pensada e fundamentada na seguinte racionalidade: “nós temos conhecimentos relevantes, científicos, dotados de racionalidade verdadeira e os agricultores não os têm” (SILVA, 1999:13).

De acordo com MASSELLI (1998),

“a proposta extensionista tradicional levava os técnicos a se sentirem portadores das soluções dos problemas dos agricultores e a achar que, através de sua ação conscientizadora, os agricultores conheceriam os determinantes de sua condição de excluídos e poderiam assim transformá-la” (p. 155).

Entretanto, para uma assistência técnica efetiva, a mesma necessita de conhecer as potencialidades e limitações de cada família, para que a

intervenção/contribuição do técnico possa ser realizada de uma maneira mais eficiente e completa. Para isso, torna-se necessário reconhecer e respeitar as diferentes maneiras de querer, pensar e agir das famílias assentadas. Para conhecer as limitações e potencialidades é necessária a utilização de métodos adequados para garantir a fidedignidade das informações.

Deste modo, o sistema organizacional da ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) brasileiro na década de 80, passa a incorporar conceitos como participação e diálogo, na tentativa de transformação da ação difusionista numa ação participativa e educativa (ALMEIDA et al., 1995). A apropriação do conceito de participação torna-se a nova roupagem do discurso oficial. Entretanto, o quadro técnico já havia incorporado as “velhas práticas”, tornando-se resistente à mudança de postura efetiva na prática da ATER.

Dentro desta lógica é comum ao discurso de alguns técnicos que as famílias assentadas precisam ser capacitadas tecnologicamente para poderem viabilizar economicamente o assentamento. Assim, enquanto possuidores do conhecimento cientificamente válido, consideram-se portadores da solução tecnológica dos problemas destas famílias.

Isto faz com que algumas famílias venham a reproduzir com os técnicos a mesma relação de submissão e dependência que tinham com os patrões, pois muitas vezes o técnico é reconhecido como superior depositário do saber. Outras vezes, as famílias consideram a equipe técnica como seus empregados, e mantêm uma relação de opressor-oprimido, quando eles se vêem na figura do patrão, reproduzindo as ações do seu opressor, para com a equipe. Isto pôde ser observado enquanto profissional, trabalhando junto a assentamentos, onde para a contratação da Assistência Técnica no Programa Lumiar. Nesse Programa era necessário que a Associação assinasse um documento validando a contratação da equipe e assim muitos presidentes de associações tinham um comportamento de patrão para com a equipe.

A intervenção de grupos mediadores pode ser considerada positiva, quando conseguem, junto com as famílias, promover um processo dialógico<sup>11</sup>. Pode ser negativa, quando se manifesta uma relação de superioridade, de

---

<sup>11</sup> Para Paulo Freire ser dialógico é vivenciar o diálogo, é não invadir, é não manipular, é empenhar-se na transformação constante da realidade (FREIRE, 1977b:43).

dominação do agente sobre a comunidade, mantendo uma relação de dependência. Segundo CHAÚÍ (2003), nesse processo

“surtem milhares de artifícios mediadores e promotores do conhecimento que constroem cada um e todos a se submeterem à linguagem do especialista que detém os segredos da realidade vivida e que, indulgentemente, permite ao não-especialista a ilusão de participar do saber” (p. 12-13).

Um bom argumento contrário à continuidade de intervenções ‘extrativas’<sup>12</sup> é o crescente reconhecimento pelos profissionais de que a população rural é conhecedora dos assuntos relacionados com suas vidas (CHAMBERS, 1992).

Deste modo, discute-se e difunde-se, hoje, a idéia do desenvolvimento local sustentável, utilizando-se de metodologias participativas que cada vez mais, tenha a atuação do indivíduo nos espaços de decisões, habilitando a população a fazer sua própria investigação.

O estudo realizado por D’INCAO e ROY (1995:258) apresenta essas inter-relações dos grupos mediadores, identificando, por meio dos discursos diferenciados dos grupos, os mecanismos de reprodução do poder constituído. Os autores levantaram no seu estudo diversas formas de discurso, representativas do tipo de intervenção realizada. Assim, temos:

a) discurso do militante - representa a defesa de uma causa em detrimento do reconhecimento de cada um dos produtores associados; b) discurso da ajuda aos incapazes ou assistidos - entendido como a dominação exercida através de vínculos de favor e de subserviência; c) expressões de “camaradagem” entendida como a cumplicidade e o oportunismo; d) discurso dos não-militantes - representa o uso das vantagens da coletividade sem o compromisso das obrigações que lhes respondem; e) discurso dos dependentes ou “assistidos” - entendido como alienação e oportunismo.

Nesse estudo, os autores analisam a si mesmos como agentes mediadores, demonstrando que o maior desafio encontrado no trabalho foi “o de evitar transformarmos numa encarnação dos ‘senhores’ ou dominadores que combatíamos” (D’INCAO e ROY, 1995:254).

O estudo realizado por ZIMMERMANN (1994), sobre a dinâmica interna do processo de organização social e produtivo de um assentamento no Rio Grande do Sul, a autora apresenta algumas reflexões a respeito do papel

---

<sup>12</sup> Extrativa no sentido de mediadores externos, extrair as informações da comunidade, e a partir daí propor suas ações, desconsiderando seus conhecimentos (CORREIA, 2001).

dos grupos mediadores. Para a autora, no assentamento confluem processos envolvendo mediadores e famílias com projetos e expectativas diferentes.

Dessa forma, ela levanta que, por um lado, há as ambições das famílias que estão assentadas, os desejos de autonomia, liberdade na organização de suas novas trajetórias de vidas, suas novas expectativas. E, por outro, a proposta do mediador, no caso estudado o MST, para a adoção de formas coletivas de trabalho que “poderão servir de instrumentos pedagógicos para o alcance de um estágio satisfatório e também ao desenvolvimento da consciência crítica” (ZIMMERMANN, 1994:207).

Para a autora, o problema “se situava, na perspectiva do MST, com relação à sua visão de ‘coletivo’, em fazer com que fosse conquistada uma mesma identidade, sem considerar a diversidade de situações e especificidades das famílias” (ZIMMERMANN, 1994:221).

Nesse sentido, organizações coletivas fundamentadas numa concepção de igualitarismo, muitas vezes proposta por mediadores, são estranhas às populações camponesas dos assentamentos e gera expectativas diferentes dos dois lados, ou seja, mediadores e populações camponesas.

Como podem ser observados, esses estudos demonstram a complexidade das relações sociais nos processos de intervenções dos grupos mediadores nos assentamentos rurais. Muitas vezes, as relações são tensas e conflituosas entre os grupos mediadores e as famílias. Essa relação é complexa e se expressa no conflito de valores culturais, como é o caso do igualitarismo-hierarquia.

Manifesta-se, assim, um choque cultural de valores dos mediadores que visam igualitarismo e os princípios das populações camponesas assentadas que vêem o mundo na hierarquia. Dessa forma,

é uma tensão estrutural entre os dois princípios que procuram ser organizadores do tecido social dos assentamentos. Por um lado, o voluntarismo político dos mediadores tenta, através de seus discursos, que os assentados se vivenciem “igualitários”, na concepção “igualitária” dos mediadores. Por outro lado, as disposições, os hábitos, as práticas, as tradições dos grupos camponeses, que giram em torno do valor da hierarquia, são reproduzidos por grande número de assentados (ROMANO, 1994:258).

Ademais, por muito tempo, as práticas dos grupos mediadores foram realizadas baseadas em princípios econômicos ou políticos (ROMANO, 1994). Essa perspectiva foi incorporada no assentamento.

Recentemente as intervenções estão mais ampliadas, com preocupações sociais, ambientais, além da econômica. Muitas ações realizadas em áreas de assentamentos baseiam-se em outros princípios e não só no econômico, isso gera uma agregação de interesses e de diferentes condutas no assentamento, manifestando-se em diferentes tipos de relações e em tempos também diferentes.

Outro estudo que revela a relação de um grupo mediador (ONG) com uma associação rural, descreve que

“a intervenção praticada pela ONG Sapucaí tem se orientado no sentido de estimular os produtores a buscarem soluções para problemas do cotidiano... A metodologia empregada orienta para a conscientização dos pequenos produtores sobre suas condições de vida e para a exploração a que estão submetidos. Aproxima-se muito das concepções de Paulo Freire. Existe uma preocupação de se adotar uma postura dialógica nas interações que se estabelecem entre assessores e os produtores... Estimulam a reflexão sobre os problemas, contextualizando-os para a identificação de suas causas, o estabelecimento de ações para solucioná-los ou contorná-los e a avaliação das decisões tomadas” (ALENCAR e GOMES, 1998:109-110).

Esse caso constitui um exemplo de intervenção educativa. Não são impostas idéias preestabelecidas para a comunidade, mas são levadas a identificar os problemas e procurar as soluções.

Portanto, como nos fala D'INCAO e ROY (1995:266) “aquilo que o interventor deve buscar de si mesmo para ser um mediador que estamos propondo é a plena consciência de seus próprios limites e possibilidades”. De acordo com o pensamento dos autores, para o reconhecimento dos limites e possibilidades, as constantes avaliações da equipe mediadora, o reconhecimento que ela mesma está contida em um sistema complexo e que para a atuação neste sistema, faz-se necessário um aprendizado contínuo, que na lógica freiriana está centrada na relação educador e educando.



## **6. ASSENTAMENTO NO RIO GRANDE DO NORTE – BREVE HISTÓRICO**

Entre os muitos fatores que historicamente contribuíram para a concentração da terra no Brasil, podemos destacar a política de modernização da agricultura, intensificada na década de 60, a qual, através de crédito a juros negativos e o acesso a tecnologia facilitados aos grandes proprietários permitiram o avanço da fronteira agrícola do país a custas da expulsão e expropriação de terras cultivadas por agricultores familiares. Segundo BRUMER e SANTOS (1997), resultou numa migração rural/urbana de mais de trinta milhões de pessoas, entre os anos de 60 e 80.

Essa estrutura de dominação e posse da terra traz consigo diversos conflitos por terra, resultantes das mobilizações políticas de diversos trabalhadores e trabalhadoras para se contraporem aos latifúndios, na luta pela Reforma Agrária.

Na atualidade, essa luta superou a necessidade de se promover apenas mudança na estrutura fundiária do país, mas, juntamente a isto, ela também se caracteriza pela necessidade de um conjunto de políticas para possibilitar a integração de milhares de famílias sem terra à estrutura produtiva do país, para assim, tornarem-se atores sociais no processo de desenvolvimento social e econômico.

Com a intensa mobilização dos movimentos sociais, trabalhadores e sociedade civil organizada marcaram o período no final da ditadura militar, reacenderam a discussão sobre Reforma Agrária, possibilitando que esta

deixasse de ser um tema refutado e passasse à pauta governamental. No início da nova República foi construída uma proposta de reforma agrária expressa no Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) que tinha como objetivo inicial “atingir prioritariamente as áreas improdutivas do Centro-Sul do país já dotadas de toda infra-estrutura econômica necessária à produção agrícola” (GRAZIANO DA SILVA, 1998:119). Ou seja, o PNRA não foi priorizado pelo governo e nem visava promover mudanças significativas na estrutura agrária do país, fato que se comprova quando no final do governo Sarney, somente 6% do PNRA havia sido executado (GONÇALO, 2001; GRAZIANO DA SILVA, 1998).

De acordo com MEDEIROS e LEITE (1999), isso fez com que os debates se acirrassem, assegurados pelo cenário de abertura política, marcando o dinamismo e a efervescência das lutas pela terra, o que resultou em várias mobilizações pela implantação de assentamentos rurais em diferentes regiões do país, principalmente nas áreas de maior tensão e conflito.

Para a mesma autora, os assentamentos rurais podem ser caracterizados como um espaço de reorganização social em que o público é composto por diferentes categorias sociais, entre os quais se encontram desempregados do meio rural, pequenos agricultores expropriados como também desempregados do meio urbano.

Os assentamentos apresentam assim uma grande diversidade social em sua composição o que explica em parte as diferenciações que vão se construindo. Assim alguns conseguem níveis mínimos de infra-estrutura e consolidam-se com mais facilidade. Eles podem adquirir configurações diversas, sendo que uns têm propriedades individuais, outras coletivas ou mistas, com diferentes tamanhos de terra por família. Alguns se localizam em áreas com baixo potencial agrícola, outros de bom potencial agrícola. Quanto à organização, uns tem bom nível de organização, enquanto outros estão desestruturados (ECHENIQUE, 1998).

É evidente que esta grande diversidade de situações deva ser considerada na formatação de programas de desenvolvimento, como também nas intervenções diretas em áreas de assentamentos.

Todavia, a formação de assentamentos rurais, traz diversos desafios para os assessores rurais e exigem reflexões acerca das práticas fomentadas e executadas nessas áreas. Nesse sentido, FREIRE (1977b:31), nos diz que “a

reforma agrária exige um permanente pensar crítico em torno da ação transformadora mesma e dos resultados que dela obtenham”.

O processo acelerado de formação de assentamentos também no Estado do Rio Grande do Norte, não diferiu do restante do país e foi iniciado a partir do importante apoio da Igreja Católica e do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais. O PNRA é um marco no avanço do processo de criação de áreas de assentamentos, embora os resultados não tenham atingido as metas iniciais propostas. No Rio Grande do Norte a meta era assentar no período de 1986-1989, 24.200 famílias. Ao final foi conseguido somente 1540 famílias assentadas, apenas 5,4% da meta planejada.

Após esse período, durante o governo Collor houve um decréscimo significativo no processo de formação de assentamentos no país. Somente no ano de 1995 é que se intensificam as desapropriações de terras e criação de novos assentamentos no Estado, como uma forma de amenizar o aumento de conflitos surgidos nesse período. As crescentes mobilizações por terra fizeram com que as lutas trouxessem, a reboque desse processo, políticas governamentais que promovessem mais desapropriações. Mesmo com esta intensificação, as terras desapropriadas não deram conta de atingir a demanda necessária.

Atualmente, 38% dos municípios do Estado têm assentamentos rurais. De acordo com dados do INCRA, até abril de 2004, o número de assentamentos rurais no Estado foi de 240, beneficiando 17.153 famílias, distribuído por região, conforme o Quadro 2.

De acordo com o Quadro 2, pode-se verificar que somente três microrregiões do Estado não têm assentamentos. Dos 240 assentamentos rurais existentes no Rio Grande do Norte, 29 estão localizados na região Baixa Verde, onde se localiza o Assentamento Brinco de Ouro. Isso corresponde a 12% do número de assentamentos e 8% do número de famílias assentadas.

Quadro 2 – Distribuição dos PA's por microrregião, número de famílias beneficiadas para fins de reforma agrária no Rio Grande do Norte até abril 2004

Mesorregiões	Microrregiões	N.º de municípios	N.º de PA's	N.º de famílias beneficiadas
Agreste Potiguar	Agreste Potiguar	22	08	782
	Baixa Verde	5	29	1388
	Borborema Potiguar	16	10	878
<b>Subtotal 1</b>		<b>43</b>	<b>47</b>	<b>3048</b>
Central Potiguar	Angicos	8	11	933
	Macau	5	13	852
	Seridó Ocidental	7	0	0
	Seridó Oriental	10	02	95
	Serra de Santana	7	14	919
<b>Subtotal 2</b>		<b>37</b>	<b>40</b>	<b>2799</b>
Leste Potiguar	Litoral Nordeste	7	22	1855
	Litoral Sul	10	0	0
	Macaíba	5	18	1395
	Natal	3	0	0
<b>Subtotal 3</b>		<b>25</b>	<b>40</b>	<b>3250</b>
Oeste Potiguar	Chapada do Apodí	4	30	1098
	Médio Oeste	6	14	1074
	Mossoró	6	43	3665
	Pau dos Ferros	18	01	30
	Serra de São Miguel	9	0	0
	Umarizal	10	01	50
	Vale do Açu	9	24	2139
<b>Subtotal 4</b>		<b>62</b>	<b>113</b>	<b>8056</b>
<b>Total</b>		<b>167</b>	<b>240</b>	<b>17153</b>

Fonte: INCRA/SR19 (2004).

O assentamento Brinco de Ouro localiza-se no município de João Câmara a 20 km da cidade, cuja atividade econômica principal é a agropecuária. No município existem 13 assentamentos de Reforma Agrária com 774 famílias assentadas, o que representa, aproximadamente, 3800 pessoas morando em áreas de assentamentos, como pode ser visualizado no Quadro 3. O município tem uma população de 29.248 habitantes, sendo que 19.956 pessoas estão na zona urbana e 9.292 pessoas na zona rural, de acordo com os dados do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE (2000).

Quadro 3 – Distribuição dos PA's, número de famílias beneficiadas e data de criação do município de João Câmara

Município de João Câmara	Data de criação	Famílias assentadas
Marajó	1991	52
Boa Sorte	1992	51
Santa Terezinha	1995	89
Modelo	1995	150
Brinco de Ouro	1996	82
Xoá	1996	66
Serra Verde	1996	42
Lageado	1997	41
Laginha	1997	10
Baixa do Novilho	1999	60
Vivará	1999	60
Santa Luzia III	2001	26
Maria da Paz	2003	45
Total		774

Fonte: INCRA/SR19 (2004).

## 6.1. Assentamento Brinco de Ouro: intervenções sociais e práticas metodológicas

O estado do Rio Grande do Norte está localizado na região Nordeste do Brasil, ocupa um território de 53.306 km<sup>2</sup>, com uma população total de 2.771.538 habitantes, distribuídos em 167 municípios, conforme Figura 1.

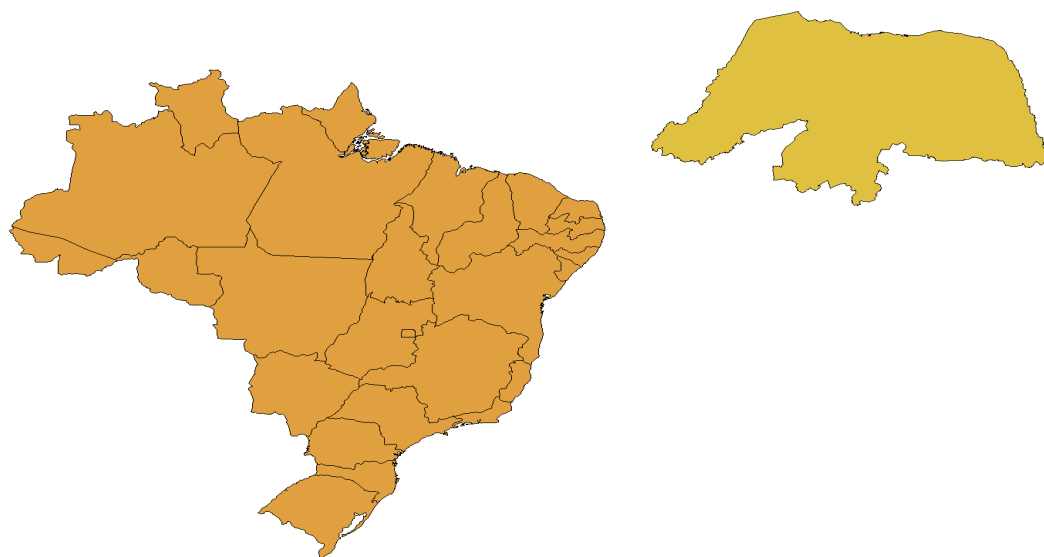


Figura 1 – Localização geográfica do Rio Grande do Norte.

Sua economia manteve-se baseada na pecuária e nas lavouras de subsistência até o início do século XIX, quando a cotonicultura torna-se expressiva, podendo ser considerada um marco no desenvolvimento das atividades agrícolas, que se expande paralelamente a outras atividades de caráter extrativista, como a exploração do sal marinho e da cera de carnaúba.

O Estado, embora com grande parte do seu território localizado no semi-árido, dispõe de excelentes áreas para o cultivo de produtos agrícolas pelo sistema de irrigação. É o maior produtor de melão do país e vem destacando-se também na produção de outras culturas. Na pecuária, é crescente a participação da caprinovinocultura no rebanho estadual devido à fácil adaptação dessa atividade as condições climáticas da região. A criação de

camarão em cativeiro tornou-se uma atividade significativa para a economia do Estado, que dispõe de excelentes condições para o cultivo.

Está inserido numa região de semi-árido, o que significa que a quantidade de chuva que cai nessa região é em torno dos 700 mm por ano, e ocorre de forma irregular. Isso ocasiona dificuldades para a população rural garantir o mínimo de produção dos alimentos de subsistência, pois, muitas vezes só dependem da chuva para sua produção. É uma população castigada pela seca, que passa a maioria do ano no período de estiagem. Mas isso dá ao povo Potiguar a resistência do sertanejo, um forte como dizia Euclides da Cunha.

Os que mais sofrem com o fenômeno da seca são os trabalhadores assalariados e os pequenos produtores rurais, que desenvolvem uma agricultura de subsistência. Muitas vezes os políticos utilizam esse fenômeno, para caracterizar seu poder e interferem na construção de obras hídricas, ou mesmo no abastecimento, caracterizando a chamada “política das águas”. De acordo com o jornal Diário de Natal (2000) “era praxe dos políticos, requererem construção de açudes públicos e exigirem que fosse construído dentro de seus latifúndios, em locais por eles indicados”. Os principais ciclos econômicos, que caracterizavam a agropecuária do Estado, desde as grandes extensões de terras onde se explorava a pecuária bovina, os grandes canaviais e plantações de algodão, percebe-se que todos se baseavam em atividades desenvolvidas num modelo concentrador de terra (SILVA, 1999:31).

Dentro deste contexto está localizada a microrregião Baixa Verde, popularmente conhecida como Mato Grande onde está localizado o Assentamento Brinco de Ouro. A microrregião é caracterizada por uma precipitação média em torno de 645 mm, considerada como uma área de seca acentuada, ainda sofre com a distribuição irregular das chuvas ao longo do ano. É a segunda microrregião que concentra o maior número de assentamentos do Estado do Rio Grande do Norte. Esta tem como característica a atuação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e se traduz em ocupações de terras, através de lutas populares.

### 6.1.1. Contextualização histórica

Contrário ao contexto de luta por terra na região, a história de formação do Assentamento Brinco de Ouro não ocorreu a partir da iniciativa e da mobilização popular ou do apoio da Igreja. O proprietário da Fazenda Brinco de Ouro entrou em contato com o INCRA, disposto a vender a Fazenda. A propriedade tinha uma área plantada com aproximadamente 2000 ha de Cajueiros. No início dos anos 90, o proprietário fez investimento para o beneficiamento da castanha de caju, para isso construiu uma beneficiadora de castanhas na própria Fazenda, com objetivo de exportar amêndoas para os Estados Unidos.

De acordo com informações que constam no DIAGNÓSTICO RÁPIDO PARTICIPATIVO EMANCIPADOR – DRPE<sup>13</sup> (1997), confirmado durante pesquisa de campo, por volta de 1992, a beneficiadora denominada “Abreu Indústria e Comércio de Castanhas LTDA” entrou em operação, gerando empregos para a maioria dos moradores da comunidade de Queimadas, principalmente para as mulheres. O empreendimento não teve êxito e parou após dois anos de funcionamento. Com isso, os funcionários da beneficiadora e da fazenda ficaram sem receber seus direitos trabalhistas. O cajueiral foi abandonado, ficando sem os tratos culturais necessários. A beneficiadora voltou a funcionar no ano de 1995, mas, ao final desse mesmo ano, parou em definitivo.

No início de 1996 o proprietário procurou os antigos funcionários da fazenda, comunicando-lhes que “a Fazenda ia entrar para Reforma Agrária”, como explicou um assentado, as negociações já estavam sendo realizadas com o INCRA, visando à desapropriação. Segundo depoimento dos entrevistados, o proprietário

“mandou que nós pegasse o nome do pessoal. ‘Renda(uma liderança em Queimadas e funcionário da fazenda) pode pegar o nome do pessoal, prá vocês ocuparem a fazenda Brinco de Ouro’, no mais tardar com 15 dias, a fazenda é de vocês, façam a relação do pessoal de Queimadas, que trabalha na Fazenda pra vir aqui pro assentamento, prá num deixar outras pessoas de fora vir prá cá” (Assentado R., 2003).

---

<sup>13</sup> Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador elaborado junto às famílias em 1997.



Nesta fala fica evidenciado a orientação do proprietário da Fazenda para as famílias se organizarem e ocuparem a área, evitando assim, que houvesse disputa pela terra com a mobilização de pessoas de outras regiões ou de outros movimentos sociais, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rural Sem Terra (MST), organizado e atuante na região.

Segundo os agricultores a intenção do fazendeiro era que “as pessoas daqui de Queimadas que era para tomar conta da fazenda, porque se outras pessoas viesse de fora ia mexer no gado, essas coisas” (Assentado F, 2003).

De acordo com M., assentada no projeto, a ação do fazendeiro foi uma coisa que,

“a gente achou até uma bondade, porque se fosse outra pessoa, dizia assim: bote quem vocês quiserem, mais ele quando vendeu isso aqui ao INCRA, disse logo que queria o povo de Queimadas” (Assentada M., 2003).

Dessa forma, observa-se que as famílias assentadas mantiveram uma relação de gratidão com o fazendeiro, pois a atitude representou uma bondade para com elas.

Segundo as entrevistas desta pesquisa, no início as pessoas não acreditaram na possibilidade da área ser desapropriada, tinham medo de conflitos de terra e sobre o que elas ouviam que estava acontecendo na região, como por exemplo, confusão entre proprietário e acampados. Então, comentavam,

“quem ia entrar numa fazenda dessa? As pessoa pensava que era papo, tinha muito exagero, tinha uma fábrica funcionando.” “Num foi invasão, foi um processo que ele (proprietário) já vinha trabalhando no INCRA, só que nós não sabia, ele pediu pra o pessoal de Queimadas num perder a fazenda” (Assentado R., 2003).

Dessa forma, sem que houvesse uma mobilização social característica do processo de luta pela terra, as pessoas foram convidadas a comparecer um dia marcado na Igreja da comunidade, para dar o nome, mas como o pessoal tinha medo, “o Renda passou de casa em casa na comunidade pegando o nome do pessoal” (Assentado F., 2003).

A partir daí, 82 famílias se organizaram na área, muitas chegaram a construir barracas no acampamento, mas devido à proximidade com o povoado onde moravam, algumas famílias só vinham para o acampamento no período da tarde, ou deixavam as mulheres nas barracas durante o dia. O depoimento da assentada ilustra a situação descrita, quando ela afirma que,

“a gente fez barraca, mas a gente num vivia diretamente aqui, a gente vinha passava o dia de noite tava em casa. Sabia que o lugar da gente tava garantido, pois o dono orientou para ser o povo de Queimadas” (Assentada M., 2003).

Durante o processo de formação do assentamento, na fase de acampamento, houve uma tentativa de organização da luta, pelo MST. As famílias foram procuradas pelo representante do movimento, mas ele não foi muito bem recebido. De acordo com as entrevistas das famílias assentadas, a resistência das pessoas do povoado à organização do MST deveu-se ao fato das famílias não concordarem com as práticas de ocupação do Movimento, que elas denominavam como invasão.

Nesta época, estavam ocorrendo muitas ocupações de áreas na região com o apoio do Movimento, e surgiam muitos boatos sobre as práticas do movimento, a exemplo, de que matavam o gado das fazendas. Conforme relato de um assentado, “ainda surgiu aborrecimento da gente contra ele [representante do MST], ai ele viu que num dava pra ele e caiu fora” (Assentado F., 2003).

As pessoas aspiravam ter um pedaço de terra, mas segundo um assentado

“a gente tinha muita vontade de ter um pedaço de terra, de ganhar um pedaço de terra, menos sem haver coisas fraudulentas. Deus me livre. Isso aqui a gente tinha vantagem” (Assentado E., 2003).

De acordo com os fatos apresentados fica evidenciado que a criação do Assentamento Brinco de Ouro não ocorreu a partir da mobilização social e nem uma definição política de enfrentamento, nos moldes dos movimentos sociais como MST. Eles já moravam na comunidade de Queimadas.

### **6.1.2. Processo organizativo**

Conforme a política de Reforma Agrária, para as famílias assentadas, terem acesso aos créditos que tem direito é necessário que seja constituída uma associação. Entretanto, muitas vezes, sabe-se que não há um processo de discussão sobre a fundação de uma organização associativa junto às famílias assentadas. Estas, na maioria dos casos, nunca vivenciaram um processo associativista formal e, portanto, não conhecem quais são seus

objetivos, regras e estratégias, bem como uma forma democrática em uma associação.

Nesse contexto, em agosto de 1996, foi realizada uma assembléia para constituição da associação do Assentamento Brinco de Ouro, orientada pela EMATER, conforme registro durante o DRPE de 1997:

“(...) Para formação da diretoria da futura associação dos moradores foi organizada a reunião pelo Sr. Francisco Matias, morador da Vila Queimada e também conhecido por Renda. Concorreram o Sr. Bila e o Sr. Zé Bulldog para presidente da associação. Foram apurados 82 votos no total, dos quais 33 foram para o Sr. Bila e 49 o Sr. Bulldog. Porém, na hora da composição da chapa, provavelmente pelo resultado não representar os interesses do Sr. Renda, este tentou, juntamente com o Sr. Bila e outros, anular a eleição. O Sr. Bila alegava que tinham “faltado muitas pessoas para votar”, enquanto o Sr. Renda já apresentava um terceiro nome, o do Sr. Elias. Prevaleceu a posição do Sr. Renda, que indicou o Sr. Elias para presidente e compôs o resto da chapa, ficando ele próprio com o cargo de tesoureiro. Os componentes dessa chapa passaram a ser conhecidos como Grupo dos 12. Apesar dessa atitude pouco democrática, o Sr. Renda goza de muito respeito entre os moradores, inclusive do Sr. Bulldog” (DRPE, 1997).

Hoje, o processo de decisões já não é mais caracterizado como o grupo dos doze, são duas pessoas que se destacam nas tomadas de decisões no assentamento. Estas fazem parte de duas presidências a da associação e a da comissão de licitação. Esta comissão foi formada para executar os projetos do Plano de Consolidação do Assentamento, o qual será descrito posteriormente.

As famílias do assentamento Brinco de Ouro não vivenciaram experiências de organização e negociação coletivas, por ocasião da conquista da terra. Consequentemente, toda vez que necessitam decidir alguma coisa o problema centra-se na necessidade de se organizarem. Muitas vezes, induzidos pelos agentes externos a buscar uma organização coletiva da produção para que se pensassem nos interesses comuns, as famílias sentiam a necessidade de construir uma vida nova, de buscarem melhorias para suas vidas, mas a forma de gestão e organização não estava ainda bem definida. No entanto, como é que se dariam posturas democráticas, se as famílias nem vivenciaram práticas democráticas para conquistar a terra.

Conforme o relatório do programa (PAC), no início, com assessoria da equipe técnica do Lumiar, a associação tentou trabalhar com um modelo de gestão estruturado em grupos de interesses. Cada grupo era responsável por uma área de desenvolvimento do assentamento, como: educação, saúde, infra-

estrutura, produção e mães (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA, 2002). Esses grupos não conseguiram uma organização efetiva e, atualmente, não existem.

Atualmente, o processo organizativo é representado, principalmente, por duas associações, a associação geral dos “82”, como as famílias definem, esta é a maior instância de decisões e encaminhamentos da comunidade. Na sua composição existem 73 homens associados e apenas oito mulheres. A outra é a associação dos apicultores, com 18 sócios, este grupo sentiu a necessidade de se organizar para ter maior facilidade na busca de projetos. De acordo com o relato de um assentado “a gente formou uma associação prá nós se organizar, não ter confusão com a outra associação... a dos 82”. Esta associação tem conseguido alguns projetos para o grupo como, equipamentos, colméias.

O assentamento também conta com nove comissões (licitação, melhoria habitacional, casa do mel, educação e lazer, caju, caprinos, meio ambiente, saúde e adutora), que foram constituídas a partir da elaboração do plano de consolidação, descrito posteriormente, para melhor gestão e descentralização do programa. Conta-se ainda no assentamento com um grande número de pessoas sindicalizadas. Os números de pessoas participantes desses grupos podem ser visualizados no Quadro 4.

Pode-se observar no quadro a predominância masculina na estrutura organizacional, o que representa não só a presença, mas também a centralização das decisões de poder nos homens.

No Assentamento existem também dois grupos de jovens e de mulheres. Estes sempre passaram por processos de interrupções entre uma assistência técnica e outra. Pôde-se observar que os grupos de mulheres e jovens ainda passam por um processo de dependência em relação ao mediador externo, os grupos ainda não conquistaram sua autonomia, não conseguiram manter o processo organizativo e de gestão sem a presença de assessoria externa. Isso demonstra a fragilidade do processo de autonomia desses grupos que sem assessoria não conseguem levar as atividades dos grupos.

Quadro 4 – Estrutura e composição da organização das famílias por sexo

Organização	N.º de participantes	Sexo
Associação das famílias	73	Homens
	08	Mulheres
Sindicato de Trabalhadores(as) Rurais	75	Homens
	46	Mulheres
Comissões formadas no assentamento para gestão do PAC	25	Homens
	09	Mulheres

Fonte: Adaptação do perfil de entrada/2003 realizado pela equipe de ATES<sup>14</sup> do assentamento.

No ano de 2003 foi retomada a organização dos mesmos por uma equipe técnica e social que está trabalhando no Assentamento, através de um Programa especial do INCRA, denominado Programa de Consolidação e Emancipação (Auto-suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária (PAC), descrito em detalhes mais abaixo.

Quanto às mulheres, verificou-se que algumas exercem uma liderança no assentamento, mas elas não conseguem demonstrar essa liderança quando estão na presença dos homens, principalmente, dos que estão na diretoria da associação.

### **6.1.3. Organização do sistema produtivo e intervenção técnica**

O sistema produtivo do assentamento baseia-se prioritariamente na exploração das culturas de subsistência, quais sejam, milho, feijão, mandioca, sorgo.

<sup>14</sup> Assessoria Técnica e Social do Assentamento Brinco de Ouro, composta por um Agrônomo e uma Socióloga.

O Assentamento Brinco de Ouro conta desde a época da desapropriação com uma área implantada de 2.000 ha de cajueiros. Entretanto, para que a cultura do caju tenha um bom desenvolvimento há necessidade de realizar alguns tratamentos culturais, dentre estes, desbrota, podas, controle de pragas e doenças. Esses tratamentos culturais devem ser realizados após cada safra. No entanto estes tratamentos foram realizados pela última vez em 1992, o que ocasionou uma grande perda da área plantada de caju. Fazendo com que a cada ano fosse reduzindo a produção da cultura, o que ocasionou em redução da renda das famílias.

Na época da elaboração do Plano de Consolidação do Assentamento (PCA), ano de 1998, existiam 224 ha com possibilidades de recuperação, mas por problemas de demora na implantação do plano e a falta dos tratamentos culturais, continuou havendo perda da cultura. Atualmente existem apenas 84 ha de caju com possibilidades de recuperação. Esta área está sendo recuperada, por meio de uso de recursos do PCA.

Por isso se pode dizer que o cajueiro já não é uma fonte de renda no assentamento. O que se destaca hoje no assentamento é a produção de mel de abelha, onde um grupo de 18 pessoas possui 526 colméias, que renderam uma produção média no ano de 2002 equivalente a 8.915 kg (Perfil de Entrada, 2003). Contudo a comercialização ainda não é totalmente garantida. Está sendo construída uma unidade de beneficiamento, para que os assentados possam beneficiar o mel, embalar e assim agregar valor para a comercialização.

Desde a desapropriação até o presente momento há pessoas que sobrevivem de renda gerada a partir do extrativismo de madeira para lenha, realizado dentro e fora dos limites do assentamento.

As atividades produtivas de subsistência são realizadas com práticas simples de manejo, não fazem uso de adubação, utilizam o trator para preparar o solo, o plantio e colheita são manuais. De acordo com informações das famílias, o assentamento já teve assessoria técnica na época do programa LUMIAR. Esta não era exclusiva para o assentamento e era muito pontual, não garantindo condições de atender todas as demandas do assentamento.

A partir de 2003, o assentamento passa a contar com uma assessoria técnica e social com exclusividade, que se dar por meio do PAC, para trabalhar na área.

Quando as famílias foram questionadas sobre a importância da assistência técnica percebe-se como elas acham significativa a presença da mesma no assentamento, pois a consideram-na como “um guia”, pois “com assistência técnica tudo se torna mais fácil, todos os passos, todas as coisas. Porque assistência técnica é tudo é eles que vão procurar, vão buscar” (Assentado R.N., 2003). Nessa fala por um lado fica identificada a importância da assistência técnica, mas, por outro ainda concebido numa certa relação de dependência, numa visão que o técnico é que vai trazer os benefícios e não como um processo construído em conjunto.

Contudo pode-se observar que existem famílias que vêem a assistência técnica como um processo de colaboração, como demonstrado na seguinte fala: “com certeza a colaboração da equipe é fundamental, precisa dela desde que trabalhe junto com os assentados em prol de uma coisa que venha crescer” (Assentado E., 2003).

Dessa forma, fica caracterizado o reconhecimento da assistência técnica estabelecida pelas famílias, ora como dependentes da mesma, ora como colaboradores.

## **7. AS PRÁTICAS DAS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS E A INTERVENÇÃO DOS GRUPOS MEDIADORES**

De acordo com as entrevistas realizadas com os/as assentados/as, várias entidades fizeram algum tipo de intervenção no assentamento, seja para trabalhar com assistência técnica, para assessoria ao grupo de mulheres, seja para oferecer cursos. Desde a formação do assentamento não, se teve continuidade de assessoria. Esta ocorre quando dá existência de algum programa, a exemplo do Programa Lumiar, programa do Governo Federal de assistência técnica e social. Durante esse programa, o assentamento tinha acompanhamento de uma equipe de assistência técnica e social, mas, essa equipe assessorava simultaneamente mais dois Assentamentos. Esse fato dificultava a assessoria, pois os técnicos tinham que dividir as visitas com os demais. Conforme relato dos assentados, “a equipe passava muito pouco no assentamento”.

Só em 2003, o Assentamento passou a ter uma equipe exclusiva, composta por três pessoas, uma pessoa da área social, socióloga, um agrônomo e um auxiliar administrativo, para dar assessoria durante o período de três anos. Essa equipe foi contratada através do Programa de Consolidação e Emancipação (Auto-suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária (PAC), que tinha como objetivos: executar os projetos propostos no Plano de Consolidação do Assentamento (PCA), assessorar as famílias assentadas, com foco em atividades de produção, comercialização, serviços



sociais básicos, organização e gestão para garantir os objetivos e metas do PCA, assessorar grupos de jovens e mulheres, assessorar a diretoria da associação em gestão e organização.

Dessa forma, neste capítulo apresentam-se processos de intervenções ocorridos no assentamento Brinco de Ouro, durante o período de elaboração até a execução do Plano de Consolidação do Assentamento (PCA), através de uma equipe do DRPE, equipe PAC e equipe de assistência técnica e social que trabalha atualmente na área. É válido ressaltar que os trabalhos realizados pelas equipes foram orientados por práticas metodológicas participativas.

### **7.1. O PAC e o DRPE no Assentamento Brinco de Ouro**

Diante do crescente número de famílias assentadas, em todas as regiões do país, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), não tem conseguido atender os sérios problemas de infra-estrutura social e produtiva existente nos assentamentos de Reforma Agrária. Outros problemas também são visualizados, quando se trabalha em áreas de assentamento, tais como, créditos limitados e pouco atendimento por parte da assistência técnica. Assim, tem-se hoje um grande desafio frente à necessidade de promover a consolidação dos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, o que deve acontecer para a satisfação de demandas infra-estruturais, sociais e produtivas que possibilitem às famílias a construção de uma vida digna, com qualidade social, produtiva e ambiental.

Partindo desse cenário, em 2000 foi criado o Programa de Consolidação e Emancipação (Auto-suficiência) dos Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária (PAC), fruto de um contrato de empréstimo firmado entre o Governo brasileiro através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com vigência de cinco anos, prevendo o investimento de 85 milhões de dólares, divididos na proporção de 60% de recursos externos e 40% de recursos de contrapartida nacional (REGULAMENTO OPERATIVO, 2000).

Esse Programa é complementar às ações de Reforma Agrária, desenvolvido inicialmente sob a forma de “Programa Piloto”, com o objetivo

principal de testar uma metodologia para consolidação dos assentamentos no Brasil, com vistas à:

- a) Alcançar sua independência com relação ao INCRA e sua integração no segmento da agricultura familiar;
- b) Proporcionar a sustentabilidade econômica e ambiental, bem como a estabilidade social das famílias assentadas;
- c) Alcançar a autonomia das famílias com o apoio das municipalidades e escritórios locais do INCRA (INCRA, 2003).

Sua ação concentra-se fundamentalmente no investimento complementar em infra-estrutura sócio-econômica, produtiva e ambiental, assistência técnica e social e capacitação, a partir da elaboração e implantação de Planos de Consolidação do Assentamento (PCAs). Nos PCAs são várias as ações potencialmente complementadas, tais como: obras de infra-estrutura social básica; obras e equipamentos de apoio produtivo; ações ligadas a capacidade produtiva dos solos; gestão ambiental; demarcação topográfica, dentre outros, devendo a elaboração dos PCAs contar com a participação efetiva das próprias famílias assentadas e também com o apoio de uma equipe multidisciplinar de facilitadores (REGULAMENTO OPERATIVO, 2000).

A proposta do Programa Piloto previa inicialmente sua implantação em 77 assentamentos, nos estados do Maranhão, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com uma duração de três anos. Os assentamentos eram escolhidos pelas superintendências regionais do INCRA destes estados. Para isso, tinham que atender a critérios cumulativos, tais como: data de criação anterior a 1998; um mínimo de 50 famílias; localização em municípios de maior concentração de famílias assentadas; não apresentar questões fundiárias pendentes; ter pelo menos 80% das famílias regularizadas junto ao INCRA e residindo dentro do assentamento (REGULAMENTO OPERATIVO, 2000).

Faz-se necessária à ampliação dos apoios advindos do PAC no segmento produtivo (criação de micro-crédito e aumento do percentual de financiamento permitido para equipamentos) e qualificação gestonária das famílias assentadas, visto que na forma atual propicia sensíveis diferenças na qualidade de vida, mas não assegura ainda que o Assentamento torne-se sustentável (INCRA, 2003).

No Rio Grande do Norte, dois assentamentos foram escolhidos para serem incorporados nesta etapa do projeto piloto. O assentamento Santa Maria, localizado no município de Ipanguaçu e Brinco de Ouro, localizado no município de João Câmara. Para fins do nosso estudo vamos nos deter ao assentamento Brinco de Ouro.

O processo de elaboração do Plano de Consolidação do Assentamento do assentamento Brinco de Ouro – PCA se deu em 1997, com a elaboração do Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador (DRPE). De acordo com informações contidas no Relatório do PCA, o plano

“foi estruturado e elaborado com a participação da comunidade a partir da utilização de um Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador e da elaboração de um Plano técnico-econômico-social que contemplou cinco dimensões da organização social e produtiva: infra-estrutura social, infra-estrutura econômica, capacitação, assistência e meio-ambiente” (INCRA, 2002).

Assim, o Plano de Consolidação do Assentamento - PCA Brinco de Ouro foi realizado em três etapas, a saber:

- **Etapa 1:** Nesta etapa foi feito um levantamento e sistematização de dados secundários (conhecimento inicial disponível ou adquirido sobre os Assentamentos e o município/região) para definir hipóteses e orientar a busca de informações mediante a construção de certos instrumentos que possibilitassem a realização do DRPE;
- **Etapa 2:** Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador – DRPE (executado por uma equipe de Consultores do Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola - IICA e complementado pela equipe local do LUMIAR): consistia na realização do diagnóstico através de atividades coletivas, efetuadas “in loco”, por um grupo misto e multidisciplinar de técnicos, com o objetivo de obter de forma rápida as informações primárias que permitissem a estruturação de ações de desenvolvimento para o assentamento. Nesta segunda etapa, foram utilizadas técnicas individuais (entrevistas) e técnicas de grupo<sup>15</sup> (Diagrama de Venn, oficinas de construção do diagnóstico-representação, mapeamento, observação direta em grupo), o que permitiu a construção da matriz realidade-desejo e a eleição de prioridades, evidenciando a realidade do assentamento e a definição dos modelos de exploração e das linhas

---

<sup>15</sup> Veja sobre as técnicas de grupo utilizadas no método DRPE na seção 4.1.1 desta dissertação.

gerais das propostas técnico-econômico-social e ambiental para o assentamento.

- **Etapa 3:** elaboração do Plano de Consolidação – o levantamento da realidade sócio-econômica do assentamento (DRPE) e a posterior complementação de dados realizada pela equipe do Programa, com atividades coletivas e individuais (entrevistas), possibilitou à equipe técnica do convênio INCRA/BID, formalizar uma primeira proposta do Plano de Consolidação (INCRA, 2002:27).

Um dos problemas ocorridos foi que não houve continuidade entre a realização dessas etapas, ou seja, elas não se deram de forma contínua, houve uma paralisação de uma para outra. Desde a fase inicial de mobilização do assentamento, elaboração do DRPE até se implementar o programa passaram-se seis anos.

O Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador (DRPE) foi elaborado no assentamento no ano de 1997, logo após a sua formação e tinha como objetivo, realizar um diagnóstico para elaboração do Plano de Consolidação do Assentamento (PCA).

Assim, em 1997, uma equipe multidisciplinar, chegou ao Assentamento Brinco de Ouro para realizar o Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador (DRPE), como uma das primeiras etapas do Programa de Consolidação e Emancipação (Auto-suficiência) dos Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária (PAC), resultando de um acordo entre o governo brasileiro, representado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), como projeto piloto para promover a auto-suficiência dos assentamentos.

De acordo com as declarações das famílias assentadas, um dos primeiros trabalhos executados que teve no assentamento, começou com uma equipe de Brasília, que veio fazer um trabalho de conhecer a realidade do assentamento

“um pessoal que foi superlegal com a gente, passaram uns três a quatro dias, teve trabalho de campo, tiraram fotos, viram a situação do pessoal sobreviver, e até eles falaram que vinha esse programa para beneficiar, mudar a vida das pessoas e eu acho que é esse que tá chegando hoje” (Assentado F.J., 2003).

Assim, eles perguntavam o que as pessoas queriam para o assentamento, as dificuldades,

“eles faziam o que a gente queria, desejava para o assentamento, ia e escrevia, a gente era só dizendo e eles botavam nos papéis, a gente pedia colégio, pediu melhoria no posto de saúde, tudo que a gente queria, eles dizia pra ficar a vontade” (Assentado F.R., 2003).

É interessante perceber, que das pessoas entrevistadas poucas, lembravam da forma como essa equipe trabalhou. Mas os que lembravam, relataram que era

“brincando para definir o que você queria para o assentamento. Através daquela dinâmica você teria uma participação do projeto dentro do assentamento, que você queria dentro do assentamento. Através daquela brincadeira você dizia, tipo uma reunião só que era uma reunião que você não se desgastava muito, e você ia dizendo o que você achava, o que queria para o assentamento, o que queria melhorar” (Assentada J., 2003).

É possível inferir a partir dessa fala que no momento que é proporcionado às famílias o processo participativo com o reconhecimento dos direitos delas na organização coletiva do assentamento, as famílias conseguem construir princípios democráticos, através da cidadania, da circulação de informações, da diversidade de reivindicações, dentre outros, conforme nos apresenta CHAUI (2003).

Depois que a equipe de elaboração do DRPE saiu do Assentamento as famílias ficaram um ano sem notícias do programa, pois não havia uma unidade gestora do Programa no estado, as informações estavam na Unidade Executora do Programa em Brasília, o que dificultava a comunicação entre as famílias e os representantes do Programa.

Um ano após a realização do Plano, em 1998, foi montada uma nova equipe para fazer uma reatualização no diagnóstico e a elaboração do projeto de consolidação. Como o projeto já tinha sido iniciado há um ano, e o plano precisava ser implementado, essa nova equipe tinha apenas cinco meses.

Nesse curto espaço de tempo ainda precisava definir uma metodologia para orientar a sua atuação. De acordo com a entrevista realizada com um dos técnicos que participou dessa segunda etapa, ele afirma que

“um dos problemas na elaboração, foi o tempo, o projeto como estava definido, o tempo era muito pouco, você não tinha espaço para fazer, discussões mais aprofundadas com os grupos de interesses, com as mulheres com a juventude. Foi coisa muito rápida, que precisava ser feito a reatualização do diagnóstico e o projeto de desenvolvimento. Inclusive para avaliar a viabilidade técnica das propostas que estavam sendo colocadas. Tivemos pouca possibilidade para

discutir a viabilidade técnica, de mercado, da própria situação do cajueiro do assentamento. A grande aposta era na fábrica de castanha, mas com um tempo muito apressado para avaliarmos o maquinário, que estava deteriorado” (Técnico, 2004).

De acordo como essa fala pode-se observar que, segundo informações dessa equipe, mesmo sem uma metodologia definida, foram realizadas várias oficinas participativas para discutir com as famílias assentadas os projetos que deveriam compor o PCA.

Concluída a etapa de 1998, o programa ficou parado até 2001, segundo informações da gerente da Unidade Técnica – UTE/RN, devido a problemas, como: concepção do programa falta de pessoas contratadas nos Estados para dar acompanhamento, dentre outros. Com isso, as famílias ficaram sem notícias, durante esse período. Isso promoveu um grande desestímulo, descrédito das famílias para participarem mais uma vez dos encaminhamentos do plano.

Em 2001, foi retomada a discussão no assentamento sobre o Plano de Consolidação do Assentamento (PCA), após uma análise que apontou para um superdimensionamento da proposta técnica elaborada em 1998, foi realizada uma redefinição dos projetos e ajustes em alguns projetos através de oficinas com as famílias assentadas. Mas, segundo um assentado, quando vieram novamente discutir o plano

“o pessoal já tava perdendo as esperanças, só reunião, reunião, ai o povo num ficava quase ninguém na reunião. Aí veio um homem e deu brabo, dizendo que o povo daqui não queria nada. Aí eu sei que um dia, ele veio passar dois dias aqui no assentamento, foi num sábado. Ai eu sei que deu três pessoinhas, ai ele deu brabo e disse ‘tá bem eu fechar aqui tudo e ir embora, tirar esse projeto para outro lugar, porque o pessoal daqui não quer nada não” (Assentado F.R., 2003).

A desmobilização das famílias da comunidade é bem descrita na fala de uma entrevistada quando ela disse que,

“ninguém tinha mais interesse, todo mundo dizia que isso num vinha mais não, é só perda de tempo em reunião, daí diminuiu muito a participação. Era para ter começado em 2002, pois no final de 2001 foi assinado o programa, senão não viria mais, ai foi liberado em 2002 para começar aqui, por falta de decisão da própria comunidade, porque todo mundo já estava desestimulado, não tinha esperança, o processo parou e foi para Santa Maria” (Assentada M, 2003).

Devido a pouca participação e falta de encaminhamento da comunidade, totalmente justificável, os assessores afastaram-se do

assentamento e foram encaminhar o processo de outro assentamento também beneficiado pelo programa.

Mesmo com essa atitude, o programa se manteve e foi implementado no assentamento no final de 2002. Neste ano o Estado já contava com uma Unidade Técnica, onde tinha dois profissionais, para acompanhar a execução dos Planos de Consolidação do Assentamento e que iriam dar todo acompanhamento ao assentamento.

O Plano de Consolidação do Assentamento, resultado das oficinas, era composto por um diagnóstico do assentamento e os projetos a serem executados, tais como: construção de uma escola nucleadora (cinco salas), uma construção de uma creche (brinquedoteca), reformulação de um posto de saúde, reformulação da casa sede para um centro de vivência (sede da associação), melhorias em 82 residências, melhorias sanitárias em todas as residências, construção de uma adutora para beneficiamento humano, apoio à produção com recuperação de cajueiral, uma fábrica de beneficiamento de mel, construção de uma adutora para caprinos, um programa de capacitação e contratação de uma equipe de Assistência Técnica e Social (ATES). Estes projetos seriam executados através de um convênio tripartite entre o INCRA, a associação do assentamento Brinco de Ouro e a interveniência da prefeitura municipal de João Câmara. O montante de recursos era da ordem de R\$ 1.371.309,00 (um milhão trezentos e setenta e um mil, trezentos e nove reais) sendo 930.071,00 (novecentos e trinta mil e setenta e um reais) do convênio e 439.202,00 (quatrocentos e trinta e nove mil e duzentos e dois reais) contrapartida local da comunidade e prefeitura. Este recurso será investido durante o período de três anos de execução do PCA.

Após a assinatura do convênio, as famílias foram capacitadas pela Unidade Técnica Estadual do Programa em diversos temas, como convênio, licitações e prestação de contas, pois todos os projetos do PCA são contratados através de processo licitatório e a gestão dos mesmos deve ser por parte das famílias. Para isso foram formadas, como definição do programa e para garantir um melhor processo de organização e gestão do PCA no assentamento nove comissões formadas por famílias assentadas, para algumas áreas correlacionadas aos projetos, a saber: licitação, melhoria

habitacional, casa do mel, educação e lazer, caju, caprinos, meio ambiente, saúde e adutora.

A partir daí, o primeiro passo foi a contratação da assistência técnica e social para dar encaminhamento às demais ações do PCA. Assim, em 2003 foi contratada uma equipe da Cooperativa de Trabalho Multidisciplinar Potiguar - TECHNE<sup>16</sup>. Esta equipe tem suas práticas orientadas pelo uso de metodologias participativas.

De acordo com a assistência técnica e social do PAC, trabalhar com metodologias participativas

”é estar criando espaços para que as pessoas coloquem em prática o que elas pensam, o que é diferente eu chegar e despejar tudo que eu sei. E é muito mais fácil quando se absorve também das pessoas, que se está trabalhando, o que elas pensam” (Técnica do PAC, 2004).

Para a equipe técnica, o uso de metodologias participativas visava construir uma cultura democrática, onde as pessoas do assentamento pudessem opinar e descobrir o que era melhor para suas vidas, proporcionando deslocamento do poder de decisão, democratização e aprendizagem recíproca.

Já em 2002, durante o processo de implantação, as famílias do assentamento começaram mais uma vez a se envolver no processo. A satisfação das mesmas pode ser observada na fala de algumas famílias assentadas,

“esse programa é bom demais, porque ele trouxe o que a gente não tinha e nem a gente podia. Eu num vou dizer a ninguém que a gente podia fazer esse alpendre, já foi esse projeto que deu, eu não podia reformar meu banheiro, na medida que foi reformado. Prá mim foi maravilhoso” (Assentada M., 2003).

De acordo com as entrevistas, as famílias estão muito felizes, pois estão conseguindo coisas para a comunidade, que sem a intervenção do Programa seria impossível. Dentro do contexto de Reforma Agrária existente, onde muitos assentamentos não são dotados de nenhuma infra-estrutura social ou produtiva, essa proposta é muito satisfatória.

Alguns trechos das entrevistas revelam como elas se sentem com a implantação do plano,

---

<sup>16</sup> Essa cooperativa tem sede em Natal e atua desde 98, em áreas de Assentamentos rurais, tem um grupo multidisciplinar de sócios.



“é um projeto que veio para nos ajudar, ajudar a desenvolver o assentamento. Na minha opinião é a melhoria pra gente botar ele para produzir alguma coisa no futuro” (Assentado R., 2003).

“no meu ponto de vista, em primeiro lugar é o melhoramento para pessoas, em segundo é um plano que vem ajudar a todos, principalmente quem participa do assentamento” (Assentada I., 2003).

“sobre esse plano aí, acho que não sei bem explicar, mas acho que deve ser com as famílias porque tá sendo beneficiada 82 famílias. Então é um plano importante para a vida de todo ser-humano” (Assentado J., 2003).

“a minha vontade é que esses projetos que estão sendo executados aqui, eles venham progredir, pra que a gente tenha vida melhor, pra eu e meus filhos, futuramente. É isso que eu espero daqui” (Assentado E., 2003).

Com base no conceito de democracia participativa de MacPherson, apreende-se que no início da implantação do Plano, houve mudança na consciência das pessoas, pois as famílias eram os agentes executores. Como também a diminuição da desigualdade social, pois nas suas falas todas estariam sendo beneficiadas e isso traria o desenvolvimento do assentamento, garantindo assim a valorização do conhecimento e a participação como pessoas responsáveis pelo processo de transformação, construindo assim uma cultura democrática.

No entanto, alguns conflitos se apresentam, à medida que se utilizam metodologias participativas na construção de programas, projetos, de assessorias, pois para adoção de princípios democráticos é necessário mudança na vida das pessoas e seus valores reorganizados.

Então, no próximo tópico, faremos uma discussão das convergências e conflitos entre a cultura e as intervenções que utilizam práticas metodológicas participativas.

## **7.2. Conflitos e convergências entre a cultura local e as intervenções participativas**

Ocorre no assentamento um forte processo de centralização caracterizado pela postura de um discurso verificado na fala do presidente, quando diz: “a comissão deve participar, mais quem decide somos nós, a decisão tem que ser com o povo, mas nós que temos que decidir, não precisa da participação de muita gente”. Ele se referia a três pessoas, ele, o tesoureiro e o presidente da comissão de licitação, que estavam presentes, antes das

outras pessoas chegarem. Apesar de utilizar um discurso do “nós decidimos, o povo é quem decide” (...).

Questionado, se não era melhor colocar a decisão numa reunião com todas as famílias, o presidente da comissão de licitação, diz: “Eu sei o que as outras pessoas vão achar, é o que nós achar”. Complementado essa fala, o presidente da associação contínua “o que nós decidir é para 82 famílias, se nós errarmos vem para cima da gente”.

Fica claro nas falas o processo centralizador de tomadas de decisões, construído sob a aparência de relações democráticas. O que pode ser verificado quando da entrevista com o presidente da associação, quando ele afirma que, uma das situações ideais no assentamento, seria o processo descentralizador, a formação de grupos para resolver os problemas do Assentamento.

“existem as comissões que são para executar o programa, por isso eu acho que tem que ser formado grupos para resolver os problemas do assentamento. Segundo o presidente na diretoria anterior que ele também era presidente, a associação estava organizada em grupos, estes eram bons, pois encaminhavam as resoluções, do que era definido, assim, tinha-se maior facilidade de trabalhar” (Assentado, R., 2003).

Não se pode deixar de observar que a prática democrática desejada, onde todas as pessoas tenham suas intervenções críticas, é contraditória com a prática real, visto no encaminhamento da reunião.

Participando de reuniões no assentamento, outro problema observado é a existência de uma grande passividade da maioria das famílias assentadas. Há uma espera para as decisões do presidente, enquanto isso só acontecem comentários isolados. A participação em uma reunião, em que estava se definindo uma contrapartida para um projeto, foi observado que todas as pessoas ficaram esperando pela fala do presidente, enquanto não acontecia o silêncio estava colocado.

Comprovando essa atitude, durante a entrevista com a técnica que dá assessoria ao assentamento, ela diz que

“quando tem uma reunião se Renda não estiver ali, nada funciona. É ele quem dá a primeira e a última palavra. Já chegou momento dele dizer o que as pessoas devem comentar na hora da reunião. Uma pessoa ingenuamente disse: ‘Renda é agora que eu falo o que você disse’” (Técnica, 2004).

Entretanto, se o fato for observado do ponto de vista mais geral, da cultura brasileira, sobretudo na cultura das comunidades rurais, não foi

incorporado à nossa formação, como coloca Freire, o hábito da participação, de uma organização com práticas democráticas, por isso fica-se a espera do outro, e as pessoas continuam mudas ou semi-mudas. O presidente pode estar fazendo isso como representação de um modelo de organização que ele conhece, tradicional, onde um define pelos demais. Corroborando com essa idéia, temos a fala do técnico que diz

“é problemático, porque ele centraliza muito, as decisões são definidas por ele[presidente], as pessoas ficam esperando muito por ele, mas onde é que tá o problema? Ele centraliza porque ele quer centralizar ou porque as pessoas não querem participar e aí se ele não tomar essa decisão ninguém toma. E logicamente ele é uma pessoa que o modelo de organização social que teve condição de ter convivência foi o modelo de organização tradicional. Dentro da realidade dele, ele tem uma postura centralizadora. Mas, ao mesmo tempo tem uma preocupação que as decisões sejam formalmente definidas, em assembleias” (Técnico, 2004).

No entanto, para se construir uma cultura democrática muita coisa tem que avançar, uma delas é a ruptura com o meio que elas se encontram, imersos em uma política tradicional, com práticas clientelistas, dificultando o desvinculamento delas. Isso é um exemplo do que Freire apresenta como nossa inexperiência democrática e da nossa cultura do silêncio. Assim de certa forma, quando da aplicação das metodologias participativas, surgem conflitos com essa cultura estabelecida. Pois, para as famílias é difícil quebrar a relação de dependência com políticos tradicionais, métodos tradicionais, historicamente estabelecida, dificultando o processo de diálogo.

De acordo com um relato de um dos técnicos, participante da elaboração do programa PAC, ele coloca que se

“você, tem como referência o ideal de participação, de descentralização das decisões, se está muito distante de alcançar isso no assentamento Brinco de Ouro. Mas, se você pega o real nível de participação existente em outros assentamentos do entorno, percebe-se, então que o assentamento consegue ter um nível mínimo de participação, de compreensão dos seus problemas e com isso conseguem buscar alternativas. Eu acho que o PAC contribuiu muito nesse sentido, deles saberem, mais ou menos, onde é que estão os problemas, onde estão as possibilidades de resolver. Porque isso não é fácil, achar que uma pessoa do assentamento, com um nível de escolaridade baixo, pouca participação, baixa auto-estima, consegue chegar ao INCRA e ter que conversar com funcionário, com o superintendente, pois há um desnível cultural e econômico. E eles conseguem fazer, isso é culturalmente muito importante” (Técnico, 2004).

Na idéia do técnico os avanços conseguidos no assentamento, foram possíveis, pois se trabalhou, buscando a todo o momento, a construção do conhecimento das famílias de seus problemas, ao se promover o que Freire

chama de ação cultural, ou seja, ao se propor uma relação de diálogo, que ultrapassa os limites do assentamento.

Com a formação das comissões para a gestão do PAC, têm-se conseguido uma boa capacitação das pessoas, nas áreas sociais, econômicas e nos processos licitatórios que o programa exige. Isso fez com que as famílias aprendessem a não só fazer o processo burocrático, mas a terem poder de negociação, de barganhar valores dos projetos junto a empresas executoras das obras.

Dessa forma, fez com que o assentamento minimizasse a dependência de resoluções dos seus problemas por mediadores externos. Isso pode ser observado, quando a técnica diz que as pessoas que participam das comissões

“conseguem sozinhas encaminhar os problemas, fazer licitações, trabalhar tudo o que diz respeito a licitação, muito mais que a equipe técnica, elas foram preparadas para saber o que pode ou não dentro da licitação” (Técnica, 2004).

Na medida, porém, que as famílias se descobrem conhecedoras de sua realidade e reivindicam soluções externas junto aos diversos órgãos e instituições competentes, mantém internamente no assentamento uma forte relação de hierarquia.

Pouco tempo depois da chegada da equipe técnica, começou a surgir um conflito entre a equipe e o presidente que começou a se dizer insatisfeito com a equipe. De acordo com a técnica, um dos principais conflitos foi o processo inicial de discussões no assentamento, onde se convidava a maioria das pessoas para participar dos processos decisórios das definições e ele(o presidente) sentiu-se desrespeitado.

Analisando a forma de encaminhamento sugerida pelo programa é possível afirmar que a atuação da equipe técnica tem contribuído para o estabelecimento de uma cultura democrática no assentamento. Esta construção em muitos momentos tem provocado conflitos com a diretoria da associação.

A equipe faz parte de uma cooperativa de trabalho, que atua no Estado desde 98, mas a associação não mantém nenhuma relação com a mesma. Não promovem uma relação de diálogo, nem a procura para resolver problemas, a associação parece não reconhecer a entidade como parceira e responsável pela resolução de alguns problemas e mantém uma relação com

Unidade Técnica do Programa/INCRA, reforçando a relação de superioridade. Para as famílias o INCRA é quem tem capacidade de resolver.

Mas, percebe-se, nas visitas realizadas no assentamento e vivenciadas recentemente no trabalho, que não há um processo de confiança entre o presidente da associação com a equipe técnica, gerando a todo momento, conflitos, divergências.

Vale ressaltar que a proposta de implantação do programa é somente de três anos. Quando da implantação do Programa, a idéia era que após os três anos o assentamento já estaria consolidado, e não mais precisa de intervenção do INCRA. Hoje com nova coordenação do Programa e equipes nos estados, o programa muda suas concepções e tenta que o mesmo traga o máximo de garantia de qualidade de vida para as famílias beneficiadas, sem que isso leve ao abandono do INCRA após o terceiro ano do Programa, mas que possa contribuir na construção de um desenvolvimento sustentável.

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das concepções conceituais estudadas pode-se inferir que para existir possibilidades democráticas é necessário estimular a democracia participativa por meio de procedimentos pelos quais ela se viabilize. Por isso, as práticas de diagnóstico e planejamento participativo podem trazer aspectos importantes na mudança de consciência para construção da cidadania, na obtenção de direitos de grupos, no reconhecimento da diversidade de conhecimentos, na distribuição eqüitativa de oportunidades para ampliar e facilitar a capacidade do cidadão em decidir e incidir nas decisões, ou seja, essas são conquistas que facilitam a participação em processos decisórios o que propicia maior conhecimento e atuação de cidadãos excluídos na sua realidade.

Mas, sabendo da dificuldade das populações dos assentamentos de construir esses processos de descentralização, de co-responsabilidade do “esforço criador e recriador das populações rurais em construir um processo de diálogo” (FREIRE, 1977a), principalmente com os mediadores externos, o desafio metodológico torna-se evidente.

A pesquisa possibilitou reconhecer a dificuldade para se romper uma cultura hierárquica, clientelista e opressora, historicamente presente no Brasil, principalmente no rural, desde o período colonial. Tal fato de acordo com Freire se baseia nos poucos anos de exercício democrático brasileiro, principalmente se considerarmos as poucas experiências efetivas de democracia participativa.

Assim, a construção e apropriação de uma cultura democrática não é tarefa fácil de ser implementada, mesmo com o uso de práticas metodológicas participativas.

De fato, é possível observar que certas práticas democráticas já foram incorporadas pelos movimentos sociais, ONGs, nos processos de intervenções e estas verificaram a importância da contribuição dessas práticas junto à população, pois elas aumentam a capacidade de atuação na mudança de suas vidas, com participação direta nas ações desenvolvidas.

Entretanto, durante a realização do nosso estudo, foi possível verificar que mesmo com o uso dessas práticas o assentamento não conseguiu romper com a “cultura do silêncio”, caracterizada pela baixa participação das famílias nos processos coletivos e quando elas participam permanecem “mudas ou semi-mudas” diante das tomadas de soluções para o assentamento, deixando a tomada de decisões a cargo de um grupo pequeno, ou na pessoa do presidente da associação. Corroborando com a idéia de Freire que a cultura do silêncio típica da estrutura do latifúndio, penetra na estrutura do assentamento, isso quer dizer que, a mudança na estrutura da posse da terra não bastou para que as famílias superassem as relações de dependência e ainda hoje predomina a figura semelhante a do patrão.

Dessa forma, as famílias reconhecem na figura do presidente da associação quem define as coisas por elas e encaminha o que pensa ser melhor para o assentamento. Este reconhecimento é comprovado pelo fato do presidente atual já está no seu terceiro mandato. A estrutura que possibilitou esse empoderamento remonta à formação do assentamento, quando ele (presidente) foi à pessoa indicada pelo dono da fazenda para fazer a listagem das pessoas e organizar o acampamento. Desde então, é reconhecido pelas famílias como o seu representante legítimo.

Sabendo-se que a escolha da diretoria da associação se dá por meio de um processo democrático, através do voto, constatou-se que a partir daí as famílias delegam ao presidente o poder de representar e decidir sobre as suas vidas, fato que correlaciona essa ação ao modelo de democracia representativa.

Numa democracia quanto maior o número de envolvidos num processo de elaboração de um plano, maior a sua legitimidade. No entanto, a análise da

elaboração do PCA em Brinco de Ouro, mostrou que existem limitações da participação de um grande número de pessoas em todas as fases do plano. Percebeu-se que ao longo da implantação do PCA e suas demoras de execução a capacidade de aglutinação das famílias para se manterem atuantes na sua realidade, foi se perdendo, mesmo com a presença de uma Assessoria Técnica e Social (ATES) exclusiva para o assentamento que buscava estimular cada vez mais a participação das famílias nas ações do assentamento, podendo inferir que o processo descontínuo de elaboração do plano não permitiu as famílias se apropriarem do PCA como uma ferramenta que possibilitasse o desenvolvimento do assentamento, fato que se comprova pela pouca participação e entusiasmo durante a execução do plano.

Esta evidência aponta para a necessidade da continuidade de processos de intervenções que utilizem práticas metodológicas participativas e que busquem envolver um maior número de pessoas. Há a necessidade de se incorporar novos atores para a construção de um processo democrático no assentamento.

Portanto, a discussão desenvolvida no nosso trabalho fundamenta-se na concepção de que a utilização de práticas metodológicas participativas não é, por si só, determinante do sucesso de construção de uma cultura democrática, mas tem sua importância ao propiciar um método que estimula a participação das pessoas na sua realidade de forma consciente.

A adoção de uma cultura democrática nos assentamentos só será alcançada à medida que as famílias utilizem formas constantes de práticas participativas na resolução de seus problemas.

Ao final de um trabalho se abrem as possibilidades de tantos outros estudos a serem desenvolvidos a partir do mesmo, acredita-se que com esse trabalho realizado com uma temática pouco estudado, o mesmo possa ser estimulador da necessidade de elaboração de mais pesquisas a cerca das práticas metodológicas participativas.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, E. Intervenção tutorial ou participativa: dois enfoques da Extensão Rural. **Cadernos de Administração Rural**, Lavras, v. 2, n. 1, p. 23-43, jan./jun. 1990.

ALENCAR, E. Formas de intervenção e associações comunitárias. In: ENANPAD, 19. **Apresentação de três casos**.

ALENCAR, E., GOMES, M.A.O. **Metodologia de pesquisa social e diagnóstico participativo**. Lavras: UFLA/FAEPE, 1998.

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J., NAVARRO, Z. (org.). **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 1997. p. 33-55.

ALMEIDA, J. **A construção social de uma nova agricultura**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

ALMEIDA, J.G., LIMA, J.B., MOURA FILHO, J.A. Racionalidade da ação extensionista: um estudo no sul de Minas Gerais. **Cadernos de Administração Rural**, Lavras, v. 7, n. 2, p. 147-157, jul./dez. 1995.

AZEVEDO, F. **A cultura brasileira**. 5.ed. São Paulo: USP/Melhoramentos, 1971. p. 29-50.

BOSI, A. **Dialética da colonização**. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

BRUMER, A., SANTOS, J.V.T. Tensões agrícolas e agrárias na transição democrática brasileira. In: **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 2, 1997.

- BUARQUE, S.C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: INCRA/IICA, 1999.
- BUARQUE, S.C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Duas Cidades, 1987.
- CHAMBERS, R. Participatory rural appraisal: past, present and future. **Trees and People Newsletter**, Rome, n. 15/16, p. 4-9, fev. 1992.
- CHAMBERS, R. The origins and practice of participatory rural appraisal. **Word Development**, v. 22, n. 7, p. 953-969, 1994a.
- CHAMBERS, R. Participatory Rural Appraisal (PRA): analysis of experience. **World Development**, v. 22, n. 9, p. 1253-1268, 1994b.
- CHAMBERS, R., GUITJ, I. DRP: después de cinco años, en qué estamos ahora? **Bosques, Arboles y Comunidades Rurales**, Ecuador, n. 26, p. 4-15, 1995.
- CHAUÍ, M. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 10.ed. São Paulo: Editora Moderna, 2003.
- CORREIA, J.R. **Diagnóstico participativo no contexto do desenvolvimento: instrumento para autonomia de comunidades ou uma nova ferramenta de dominação?** Rio de Janeiro, 2001. p. 38. (Mimeogr.).
- DIAGNÓSTICO RÁPIDO PARTICIPATIVO EMANCIPADOR – DRPE. **Relatório do diagnóstico rápido participativo emancipado - Assentamento Brinco de Ouro**. Brasília: IICA, 1997. (Mimeogr.).
- D'INCAO, M.C., ROY, G. **Nós cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- DUMONT, L. **Homo hierarchicus [1966]**. São Paulo: Edusp, 1992.
- DURÁN, R.F.M. **A participação de atores sociais na formulação do plano de desenvolvimento rural no município de Tombos-MG**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2001.
- ECHENIQUE, O.S. **Relatório de consultoria. Projeto UTF/BRA/O36/BRA. Convênio FAO-INCRA**. Brasília, 1998. 43 p.
- ELLSWORTH, L. et al. **O diagnóstico participativo ou “Participatory Rural Appraisal”**. Astúcias e memorando para os participantes dum atellier de iniciação. Dakar-Fann, Senegal, 1995. (PRAAP, C.P.13).

- FARIA, A.A.C. **O uso do Diagnóstico Rural Participativo em processos de desenvolvimento local: um estudo de caso.** Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2000.
- FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos.** 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977a.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977b.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade.** 8.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação, uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.** São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FURTADO, R., FURTADO, E. **A intervenção participativa dos atores: INPA - uma metodologia de capacitação para o desenvolvimento sustentável.** Brasília: IICA, 2000.
- GARRAFIEL et al. **Manual da metodologia pesa: uma abordagem participativa.** Rio Branco-AC: PESACRE, 1999.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GONÇALO, J.E. **Reforma agrária como política redistributiva.** Brasília: Plano, 2001.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** São Paulo: UNICAMP, 1998.
- GUZMAN, E.S. Origem, evolução e perspectivas do desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J., NAVARRO, Z. (org.). **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento sustentável.** Porto Alegre: UFRGS, 1997.
- HAGUETTE, T.M.F. **Metodologias qualitativas na Sociologia.** 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1992.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo 2000.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Relatório do Plano de Consolidação do Assentamento Brinco de Ouro - PAC.** Natal, 2002. (Mimeogr.).

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Banco Interamericano de Desenvolvimento. Programa de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária – PAC. **Documento síntese**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em: 13 ago. 2003.

KAPLAN, A. A tarefa da metodologia. In: **Conquista na pesquisa: metodologia para as ciências do comportamento**. São Paulo: EDUSP, 1975.

KLAUSMEYER, A., RAMALHO, L. **Introdução a metodologias participativas: um guia prático**. Recife: SACTES-DED, 1995. p. 223-245.

LAKATOS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LISITA, F.O. **Práticas de assistência técnica em dois projetos de assentamento rural no Noroeste de Minas Gerais**. 146 f. Dissertação (Mestrado em Administração Rural) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, 2001.

MANNHEIM, K. **Sociologia da cultura**. São Paulo: Perspectiva/USP, 1974. p. 141-202.

MANNHEIM, K. **Ideologia e utopia**. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. p. 330.

MARTINS, J.S. **Os camponeses e a política no Brasil**. 1993.

MASSELLI, M.C. **Extensão rural entre os sem-terra**. Piracicaba: UNIMEP, 1998. 165 p.

MEDEIROS, L.S., LEITE, S. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: UFRGS/CPDA, 1999.

MEDEIROS, L. et al. (org). **Assentamentos rurais uma visão multidisciplinar**. São Paulo: UNESP, 1994. p. 249-258.

MIGUEL, L.F. Um ponto cego nas teorias da democracia: os meios de comunicação. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 51-77, 2000.

NOVAES, R.R. A mediação no campo: entre a polissemia e a banalização. In: MEDEIROS, L. et al. (org). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: UNESP, 1994. p. 249-258.

OLIVEIRA, C.R. **Sobre o pensamento antropológico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. p. 49.

OLIVEIRA, R., SCHWEIGERT, H. ONGs e metodologias de trabalho: reflexões de primeira mão. In: KLAUSMEYER, A., RAMALHO, L. **Introdução a metodologias participativas: um guia prático**. Recife: SACTES-DED, 1995. p. 223-245.

PEREIRA, J.R. Visões mediadoras e o papel dos Diagnósticos Participativos na organização de Assentamentos Rurais. **Revista de Organização Rurais e Agroindustrias**, Lavras, v. 3, n. 2, jul./dez. 2001.

PEREIRA, J.R., LITTLE, P.E. DRPE – Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador: a base para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos da reforma agrária. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, EMBRAPA, 2000.

PINTO, J.B. Planejamento participativo: rito ou prática de classe? **Revista de Cultura**, Rio de Janeiro, v. 81, n. 1, p. 71-89, 1987.

PNUD. **Relatório sobre o desenvolvimento humano**. Brasília, 1996.

QUEIROZ, M.I.P. **O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1973.

REGULAMENTO OPERATIVO. Contrato de Empréstimo. **Programa de consolidação e emancipação (auto-suficiência) de assentamentos resultantes de reforma agrária – PAC**. Brasília: BID, 2000. (Mimeogr.).

ROCHA, L.A. **Relatório de acompanhamento da aplicação de algumas técnicas da metodologia de Diagnóstico Rural Participativo**. Brasília: EMATER-DF, 1994.

ROMANO J.O. Poder, valores e conflito nos processos de organização no interior dos assentamentos: comentários a um debate. In: MEDEIROS, L. et al. (org.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: UNESP, 1994. p. 249-258.

ROTHMAN, F.D. O estudo de caso como método científico de pesquisa. In: SIMPÓSIO DE ECONOMIA FAMILIAR, 1, 1994, Viçosa. **Anais...** Viçosa: UFV, 1994.

SÁ SOBRINHO, R.G. **Agricultura de subsistência e conservação dos recursos naturais nos assentamentos Cajueiro e Fortaleza no município de Una-BA**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2003.

SANTOS, A.M. **A democracia representativa está, realmente, em crise?** 2002. Disponível em: <[www.unicamp.br/publicacoes.htm](http://www.unicamp.br/publicacoes.htm)>.

SCHONHUTH, M. **Diagnóstico rural rápido; diagnóstico rural participativo; métodos participativos de diagnóstico y planificación en la cooperación al desarrollo: una introducción comentada**. Eschborn: GTZ, 1994.

SILVA, D.O. **Projeto Lumiar: quando os agricultores avaliam: um estudo de caso no Rio Grande do Norte**. 168 f. Dissertação (Mestrado em Administração Rural) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, 1999.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1992.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. p. 116-170.

ZIMMERMANN, N.C. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. In: MEDEIROS, L. (org.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: UNESP, 1994. p. 205-224.

WEID, J.M. von der. **A trajetória das abordagens participativas para o desenvolvimento na prática das ONGs no Brasil**. Rio de Janeiro: ASPTA, 1997. p. 40.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE A

### ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS/OS MEDIADORES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL  
MESTRADO EM EXTENSÃO RURAL

*Pesquisa: Cultura local e metodologias participativas em assentamentos rurais*

Nome do entrevistado: \_\_\_\_\_

Data da entrevista: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

#### **Objetivo**

Identificar a percepção dos mediadores sobre os valores culturais dos assentados do Brinco de Ouro. Identificar os valores dos próprios mediadores, frente à situação que encontraram no assentamento.

- 1) De que forma se estabeleceu a sua intervenção no assentamento? Como foi a sua participação na equipe?
- 2) Como você vê as práticas metodológicas participativas?



- 3) Como você caracterizaria os assentados de Brinco de Ouro quanto a:
- a) Autonomia individual e do grupo
  - b) Liderança
  - c) Ação coletiva ou política
  - d) Cooperação ou solidariedade entre eles
  - e) Conhecimento das técnicas de produção
  - f) Processo de decisão do grupo ou formas de resolução de conflitos
  - g) Ao ensino dos filhos, do ponto de vista dos pais e dos mediadores
  - h) Divisão do trabalho entre eles, entre homens, mulheres e filhos
  - i) Situação ideal de vida para os assentados
- 4) Como foi a aplicação de metodologias participativas no assentamento?
- 5) O que é o Plano de Consolidação do Assentamento – PCA, para você?
- 6) Você acredita que o PCA é um instrumento útil para o INCRA/BID? Por quê?
- 7) Quais as potencialidades e limitações da adoção do PCA como um instrumento de planejamento?
- 8) Você acredita que o PCA é um bom instrumento de planejamento para os assentados da região? Por quê?
- 9) Quais as principais dificuldades para a construção do PCA?
- 10) Você acredita que o PCA promova alguma mudança na estrutura organizacional da comunidade?
- 11) Qual seria o modelo ideal de metodologia, para implementar o que foi previsto no PCA, em termos de responsabilidades, alocação de recursos?
- 12) Foi possível trabalhar satisfatoriamente considerando as condições de tempo, recurso financeiro e humano existentes?

## APÊNDICE B

### ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ASSENTADOS(AS)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL  
MESTRADO EM EXTENSÃO RURAL

*Pesquisa: Cultura local e metodologias participativas em assentamentos rurais*

#### **Objetivo**

Resgatar a história de formação do assentamento; compreender a percepção das famílias sobre as metodologias participativas e de que forma elas estão presente nas práticas organizativas do assentamento; como e quais grupos de mediação que atuaram no assentamento, e qual relação estabelecida.

1. Nome do entrevistado:
2. Data da entrevista:
3. Estado civil: Casado(a) ( ) Solteiro(a) ( ) Viúvo(a) ( ) Outro ( )
4. Idade:
5. Ano de entrada no assentamento.
6. Como ocorreu a formação do assentamento?

7. Participa da Associação? É da diretoria? Alguma vez já fez parte da diretoria?
8. Participa das atividades coletivas (reuniões, diagnósticos) realizados no assentamento?
9. Quais entidades desenvolveram trabalhos no assentamento?
10. Como você avalia esses trabalhos?
11. Para você o que é Plano de Consolidação do Assentamento – PCA?
12. Participou da elaboração desse plano?
13. Como foi trabalhado esse plano com vocês?
14. Você deve procurar captar dos assentados de Brinco de Ouro os seguintes aspectos:
  - a) Autonomia individual e do grupo
  - b) Liderança
  - c) Ação coletiva ou política
  - d) Cooperação ou solidariedade entre eles
  - e) Conhecimento das técnicas de produção
  - f) Processo de decisão do grupo ou formas de resolução de conflitos
  - g) Ensino dos filhos, do ponto de vista dos pais e dos mediadores
  - h) Divisão do trabalho entre eles, entre homens, mulheres e filhos
  - i) Situação ideal de vida para os assentados